

*Perguntas e Respostas*

*Jornal de Notícias*

*Ao domingo*

Sebastião Feyo de Azevedo

Colaboração semanal, iniciada em 14 de junho de 2015, com participação ininterrupta, exceto no domingo, 5 de julho de 2015 em que a Coluna não foi publicada. A Coluna encerrou em 3 de junho de 2018, coincidindo o encerramento com a 155.<sup>a</sup> resposta.

As perguntas, geralmente relacionadas com acontecimentos em discussão na semana, foram sendo colocadas pelos Jornalistas do JN a 3 personalidades e as correspondentes respostas publicadas na página 2 da edição de domingo.

## Índice

1.	2015.06.14 - Ainda faz sentido falar em segredo de justiça no caso Sócrates? .....	8
2.	2015.06.21 - A sondagem que coloca a coligação à frente do PS causou-lhe surpresa? ..	8
3.	2015.06.28 - A crise grega terá reflexos políticos em Portugal? .....	8
4.	2015.07.12 - Como definiria o Estado da Nação?.....	8
5.	2015.07.19 - Surpreende-o a atitude da Diocese de Coimbra ao apelar à denúncia de casos de pedofilia?.....	9
6.	2015.07.26 - Considera obrigatório um governo de maioria na próxima legislatura? ..	9
7.	2015.08.02 - Dos programas eleitorais já apresentados, qual a ideia que já fixou? .....	9
8.	2015.08.09 - O desemprego será tema central da campanha eleitoral? .....	10
9.	2015.08.16 - Batemos recordes no turismo. Estamos preparados para este crescimento?.....	10
10.	2015.08.23 - A multiplicação de candidatos presidenciais é um bom sinal? .....	10
11.	2015.08.30 - Considera que o Governo deveria abster-se de tomar decisões relevantes em vésperas de eleições? .....	11
12.	2015.09.06 - Considera que a libertação de José Sócrates pode ter influência na campanha? .....	11
13.	2015.09.13 - O debate entre Passos e Costa mudou a campanha eleitoral? .....	12
14.	2015.09.20 - O que espera da campanha eleitoral? Confronto ou esclarecimento?.....	12
15.	2015.09.27 - Sairá um Portugal diferente das eleições do próximo domingo?.....	12
16.	2015.10.04 - Como avalia a decisão de Cavaco Silva de não comparecer nas cerimónias do 05 de outubro?.....	13
17.	2015.10.11 - Qual acha que será a composição (político-partidária) do próximo Governo? .....	13
18.	2015.10.18 - O presidente da República deve dar posse ao partido vencedor ou ao que reunir melhores condições de estabilidade? .....	13
19.	2015.10.25 - Como avalia a última comunicação ao País de Cavaco Silva? .....	14
20.	2015.11.01 - Olhando para os alertas desta semana, devemos alterar hábitos alimentares? .....	14
21.	2015.11.08 - Deve o Presidente dar posse a um governo de esquerda, mesmo sem acordo a 4 anos? .....	15
22.	2015.11.15 - Qual deve ser a nossa reação ao ataque terrorista de Paris? .....	15
23.	2015.11.22 - Receia que o medo do terrorismo possa limitar a nossa liberdade?.....	15
24.	2015.11.29 - Quais considera que devem ser as prioridades do novo governo? .....	16
25.	2015.12.06 - Portugal tem condições para registar um deficit abaixo dos 3%?.....	16
26.	2015.12.13 - Olhando para as sondagens, está tudo decidido para as eleições presidenciais? .....	16
27.	2015.12.20 - O interesse público da TAP é suficiente para reverter a privatização? ....	17
28.	2015.12.27 - O que espera de 2016? .....	17

29.	2016.01.03 - Acredita que o sistema bancário Português se aguenta sem a participação de bancos estrangeiros? .....	18
30.	2016.01.10 - A profusão de candidatos favorece ou não o debate das presidenciais? .	18
31.	2016.01.17 - Considera que a campanha tem contribuído para alterar a imagem com que os candidatos se iniciaram nesta corrida?.....	18
32.	2016.01.24 - Como se pode contrariar a abstenção?.....	19
33.	2016.01.31 - Considera o Orçamento um desafio justificável a Bruxelas?.....	19
34.	2016.02.07 - Ainda sobra algo da esquerda do orçamento de estado?.....	19
35.	2016.02.14 - Os voos da TAP a partir do Porto devem ser considerados uma questão de interesse nacional? .....	20
36.	2016.02.21 - O acordo entre a UE e o Reino Unido é positivo ou desvirtua os princípios da União? .....	20
37.	2016.02.28 - Choca-o a polémica com os cartazes virtuais do Bloco sobre Jesus e a adoção?.....	21
38.	2016.03.06 - Que balanço faz dos dois mandatos do Presidente Cavaco Silva?.....	21
39.	2016.03.13 - Passada a tomada de posse, quais são os primeiros desafios de Marcelo Rebelo de Sousa? .....	21
40.	2016.03.20 - Estamos a pagar à Turquia para ser o tampão contra os Refugiados?...	22
41.	2016.03.27 - Estamos a perder a guerra contra o terrorismo? .....	22
42.	2016.04.03 - O PSD tem sabido cumprir o seu papel na Oposição?.....	23
43.	2016.04.10 - Considera necessário um código de conduta para políticos nas redes sociais?.....	23
44.	2016.04.17 - Considera relevante a discussão de género em torno do cartão de cidadão?.....	23
45.	2016.04.24 - Acredita nas metas para a legislatura que o Governo leva a Bruxelas? ..	24
46.	2016.05.01 - “Geringonça” ou “Caranguejola”, o que está a funcionar melhor? .....	24
47.	2016.05.08 - O Governo faz bem em reduzir o financiamento aos Colégios privados? .....	24
48.	2016.05.15 - A pobreza em Portugal é endémica ou faltam políticas para a combater? .....	25
49.	2016.05.22 - As diretas no PS são uma prova de fogo para Costa, até para a relação com Bloco e PCP? .....	25
50.	2016.05.29 - Que balanço faz dos primeiros seis meses do Governo?.....	26
51.	2016.06.05 - Descentralização ou regionalização, qual o caminho a seguir? .....	26
52.	2016.06.12 - Tendo em conta os argumentos que usou, Marcelo deveria ter vetado a lei das 35 horas? .....	26
53.	2016.06.19 - Que União Europeia teremos se o Brexit vencer?.....	27
54.	2016.06.26 - E agora Europa?.....	27
55.	2016.07.03 - Para além do feito desportivo, fazem bem a Portugal as vitórias da Seleção? .....	28
56.	2016.07.10 - Acredita que no campeonato das sanções vamos conseguir chegar à final sem penalizações? .....	28

57.	2016.07.17 - Será que estamos condenados ao medo, com atentados como o de Nice?	28
58.	2016.07.24 - Os atentados podem fazer perigar um clima de guerra civil na Europa?	29
59.	2016.07.31 - O perdão de Bruxelas dura só até setembro?	29
60.	2016.08.07 - O que faz mais falta, regras apertadas para controlar políticos, ou bom senso?	30
61.	2016.08.14 - Os incêndios têm culpados óbvios?	30
62.	2016.08.21 - O dossier Caixa Geral de Depósitos pode afetar a coesão das forças de esquerda?	30
63.	2016.08.28 - A fraude nos estágios é mais um sintoma de desvalorização do trabalho dos jovens?	31
64.	2016.09.04 - Justifica-se repensar o financiamento dos partidos e a remuneração dos políticos?	31
65.	2016.09.11 - Que balanço faz dos seis meses do mandato do Presidente?	32
66.	2016.09.18 - O novo imposto sobre o património é uma medida de justiça ou uma necessidade orçamental?	32
67.	2016.09.25 - Há vida para além do défice?	32
68.	2016.10.02 - O Presidente fez bem em vetar a lei do acesso do fisco a contas bancárias?	33
69.	2016.10.09 - Considera que o perdão fiscal pode suscitar sentimentos de injustiça nos contribuintes cumpridores?	33
70.	2016.10.16 - Os Portugueses ficam a ganhar ou perder com este orçamento?	33
71.	2016.10.23 - Acha que a oposição revela dificuldades em desempenhar o seu papel?	34
72.	2016.10.30 - O dossier CGD está a ser mal gerido pelo Governo ou há aproveitamento político neste caso?	34
73.	2016.11.06 - A campanha eleitoral nos EUA revela sinais de preocupação para as democracias?	35
74.	2016.11.13 - A eleição de Trump vai alterar o papel dos EUA no Mundo?	35
75.	2016.11.20 - Os resultados da economia no último trimestre são episódicos ou um sinal de otimismo sustentado?	35
76.	2016.11.27 - Olhando os resultados da última sondagem do JN [publicada hoje] acha que os portugueses fizeram as pazes com os políticos?	36
77.	2016.12.04 - Os nomes conhecidos para liderar a CGD oferecem garantias de estabilidade no banco público?	36
78.	2016.12.11 - Os resultados do estudo PISA são de molde a considerar que a educação é uma paixão conquistada?	37
79.	2016.12.18 - Os rankings são um modelo a ter em conta na avaliação das escolas?...	37
80.	2016.12.25 - Que presentes daria ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República?	37
81.	2017.01.01 - Um desejo para o Mundo e um desejo para o País em 2017.	38
82.	2017.01.08 - Qual a importância de Mário Soares para o País?	38
83.	2017.01.15 - Novo Banco - Nacionalização? Venda? Qual a melhor forma de minorar os custos para os contribuintes?	39

84.	2017.01.22 - O que augura o discurso de posse de Donald Trump? .....	39
85.	2017.01.29 - Precisamos de uma Sociedade Civil mais interventiva para evitar casos como o Alexandre Herculano? .....	39
86.	2017.02.05 - A despenalização da eutanásia deve ser decidida no Parlamento ou referendada?.....	40
87.	2017.02.12 - O ministro das Finanças mantém plenas condições para o cargo?.....	40
88.	2017.02.19 - O caso dos sms sobre a CGD simboliza o fim do namoro entre Marcelo e Costa? .....	40
89.	2017.02.26 - O Presidente tem razão em pedir aos políticos que não perturbem a banca com querelas táticas? .....	41
90.	2017.03.05 - As audições parlamentares foram esclarecedoras sobre o que se passou no caso das offshore?.....	41
91.	2017.03.12 - Concorda com a criação de uma estrutura de supervisão acima do Banco de Portugal?.....	42
92.	2017.03.19 - A PGR faz bem ou mal em estender os prazos da operação Marquês? ...	42
93.	2017.03.26 - Concorda com o reforço de vigilância às comunicações para prevenção do terrorismo? .....	42
94.	2017.04.02 - Os contribuintes podem ficar descansados com a venda do Novo Banco? .....	43
95.	2017.04.09 - Violência sobre os árbitros é sintoma de que dedicamos uma atenção excessiva ao futebol? .....	43
96.	2017.04.16 - A meta de 1% de défice em 2018 é conciliável com as exigências da Esquerda? .....	44
97.	2017.04.23 - O mais recente atentado terrorista em Paris pode influenciar o resultado das eleições de hoje em França?.....	44
98.	2017.04.30 - Justifica-se a tolerância de ponto dada pelo Governo para o dia 12 de maio? .....	44
99.	2017.05.07 - A rutura entre Rui Moreira e o PS torna o Porto o centro das atenções nas eleições autárquicas? .....	45
100.	2017.05.14 - A visita do Papa Francisco a Fátima traz uma nova vitalidade à Igreja? .....	45
101.	2017.05.21 - Os 2,8% de crescimento são frágeis ou um forte sinal de confiança? .....	46
102.	2017.05.28 - A proliferação de candidaturas independentes é uma mais-valia para a democracia?.....	46
103.	2017.06.04 - Que consequências pode trazer aos equilíbrios geopolíticos a retirada dos EUA do Acordo de Paris? .....	46
104.	2017.06.11 - O caso EDP é simbólico da proximidade excessiva entre grandes empresas e os políticos? .....	47
105.	2017.06.18 - A polémica da Agência Europeia do Medicamento ilustra o centralismo do país?.....	47
106.	2017.06.25 - Que consequência imediata deve ser tirada das falhas já conhecidas no socorro da tragédia de Pedrógão? .....	48
107.	2017.07.02 - O assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos é um sinal de debilidade das nossas Forças Armadas? .....	48
108.	2017.07.09 - Após Pedrogão e Tancos, estamos perante uma nova fase do Governo? .....	48

109.	2017.07.16 - Um mês após a tragédia de Pedrógão, qual é a principal lição a tirar? ...	49
110.	2017.07.23 - O que destaca do ano parlamentar que acabou?.....	49
111.	2017.07.30 - Governo ou Oposição, quem tem sido mais fragilizado pelo problema dos incêndios?.....	50
112.	2017.08.06 - A imposição de sanções económicas à Venezuela pode agravar ainda mais a situação interna do país? .....	50
113.	2017.08.13 - As trocas de ameaças entre Trump e Kim Jong-un são para levar a sério? .....	50
114.	2017.08.20 - A Europa tem sabido tirar lições dos atentados terroristas?.....	51
115.	2017.08.27 - Quais as prioridades para o país nesta rentrée? .....	51
116.	2017.09.03 - Acha que as eleições autárquicas devem ter uma leitura nacional? .....	51
117.	2017.09.10 - Costa terá margem para satisfazer todos os pedidos da Esquerda? .....	52
118.	2017.09.17 - Proibir jogos de futebol em dias de eleições contribui para baixar a abstenção? .....	52
119.	2017.09.24 - A saída de Portugal do lixo abre uma nova fase na economia nacional? .....	53
120.	2017.10.01 - Com a abstenção a subir, entende que o voto deveria ser obrigatório?... ..	53
121.	2017.10.08 - Teria o PSD a ganhar com o aparecimento de mais candidatos à liderança? .....	54
122.	2017.10.15 - Devem tirar-se ilações políticas do relatório aos incêndios de Pedrogão Grande? .....	54
123.	2017.10.22 - É desta que o país avança com medidas de defesa da floresta e das populações? .....	55
124.	2017.10.29 - A declaração de independência da Catalunha pode criar um efeito de mimetismo em outras regiões da Europa?.....	55
125.	2017.11.05 - Como avaliar um Estado que só reage após imagens vídeo de violência serem públicas? .....	56
126.	2017.11.12 - A saúde é o setor que mais se tem ressentido pela contenção orçamental? .....	56
127.	2017.11.19 - A atual situação em Angola é um sinal de regeneração do regime?.....	56
128.	2017.11.26 - Como avalia a decisão e o processo para a transferência do Infarmed para o Porto?.....	57
129.	2017.12.03 - Portugal poderá ter alguma vantagem com Mário Centeno no Eurogrupo?.....	57
130.	2017.12.10 - A decisão de Donald Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel pode desencadear novos conflitos no Médio Oriente?.....	58
131.	2017.12.17 - O caso Raríssimas deve ser uma oportunidade para discutir a relação do Estado com as IPSS? .....	58
132.	2017.12.24 - Se pudessem oferecer uma prenda aos portugueses, qual seria? .....	58
133.	2017.12.31 - Dos acontecimentos esperados em 2018, qual considera que poderá ser mais marcante? .....	59
134.	2018.01.07 - Os partidos devem desistir da isenção de IVA e do fim dos limites para angariação de fundos?.....	59
135.	2018.01.14 - Qual considera ser a prioridade imediata do novo líder do PSD?.....	60

136.	2018.01.21 - Estão reunidas as condições políticas para se cumprir o pacto na Justiça? .....	60
137.	2018.01.28 - A polémica SuperNanny impulsionará uma reflexão social para além do programa? .....	61
138.	2018.02.04 - O frenesim mediático é positivo para a perceção da justiça pelos cidadãos? .....	61
139.	2018.02.11 - Ao defender a abstinência sexual para recasados, a Igreja afasta-se dos seus fiéis?.....	61
140.	2018.02.18 - Qual será o maior desafio de Rui Rio? .....	62
141.	2018.02.25 - Rui Rio está em guerra com o grupo parlamentar? .....	62
142.	2018.03.04 - A democracia ficou mais transparente com a nova lei de financiamento dos partidos? .....	63
143.	2018.03.11 - O caso e-toupeira põe em causa a segurança informática da Justiça? ....	63
144.	2018.03.18 - Considera que o Governo geriu bem a questão dos prazos para limpeza da floresta? .....	63
145.	2018.03.25 - Políticos a limpar florestas é marketing ou exercício de cidadania? .....	64
146.	2018.04.01 - Portugal deve alinhar com os países que expulsaram diplomatas russos? .....	64
147.	2018.04.08 - Temos uma política cultural ou andamos a discutir mercearia de cultura?.....	65
148.	2018.04.15 - A “obsessão” de Mário Centeno pelo défice pode pôr em causa os acordos à Esquerda? .....	65
149.	2018.04.22 - O acordo PS/PSD de descentralização resolverá problemas de âmbito regional? .....	66
150.	2018.04.29 - O Tribunal Constitucional foi longe demais na apreciação da lei da procriação medicamente assistida?.....	66
151.	2018.05.06 - O PS agiu no tempo certo ao “deixar cair” agora José Sócrates? .....	66
152.	2018.05.13 - O Governo está a ser incapaz de preparar a época de fogos? .....	67
153.	2018.05.20 - Há lições políticas a retirar do que se passou esta semana em Alcochete? .....	67
154.	2018.05.27 - Há condições políticas e sociais para aprovar a despenalização da eutanásia?.....	68
155.	2018.06.03 - O que pode Portugal fazer para evitar cortes nos fundos europeus? .....	68

**1. 2015.06.14 - Ainda faz sentido falar em segredo de justiça no caso Sócrates?**

**R.** Num Estado de Direito desenvolvido deve haver segredo de justiça. Reconheço que vivemos numa cultura permissiva de que não nos conseguimos libertar, em que impunemente se revelam notícias e informações de todo o tipo. Ainda assim, receio que a caixa de Pandora que se abriria ao acabar formalmente com o segredo de justiça iria resultar numa situação bem pior para a justiça. Agora, no caso concreto, reconheçamos que a situação começa a ser difícil de entender e aceitar.

**2. 2015.06.21 - A sondagem que coloca a coligação à frente do PS causou-lhe surpresa?**

**R.** Eu não dou relevância a sondagens deste género, porque me parecem sempre muito pouco fiáveis. Independentemente disso, penso que se vê a olho nu que os portugueses mostram algum desencanto face à mensagem do PS. Parece-me que os problemas nacionais para resolver o dilema ‘déficit público – desenvolvimento’ não têm recebido propostas claras e credíveis da oposição. A conjuntura internacional, nomeadamente o problema da Grécia, vai influenciar a decisão de muitos eleitores. O horizonte de governação estável, apoiada por uma maioria absoluta, é neste momento uma miragem.

**3. 2015.06.28 - A crise grega terá reflexos políticos em Portugal?**

**R.** A crise grega vai ter reflexos políticos em Portugal. A estratégia de negociação do Syriza é oposta da estratégia da coligação do governo Português. Os resultados das negociações, agora radicalizadas com o referendo, vão influenciar a decisão de muitos eleitores face às propostas dos diversos partidos sobre como lidar com os nossos problemas, que continuam a ser os mesmos – necessidade de aumentar a receita, necessidade de racionalizar a governação pública e por essa via controlar a despesa pública, necessidade de criar crescimento e emprego.

**4. 2015.07.12 - Como definiria o Estado da Nação?**

**R.** O Estado da Nação mantém-se há anos, demasiados anos. Na perspectiva do Globo, uma Nação desenvolvida, com uma história extraordinária. Na perspectiva da Europa em que vivemos, com que cooperamos, mas em que inevitavelmente competimos, principalmente a Europa dos 18, mas também a dos 28, somos um Povo frágil, num estado de desenvolvimento e de bem-estar que está muito aquém daquilo que a nossa capacidade individual, em dimensão de conhecimento, nos permite justificadamente sonhar e aspirar. Temos dificuldades de organização coletiva, nomeadamente uma cultura de governação que promove lideranças cinzentas e ineficazes a vários níveis, que não conseguem promover o que deveriam promover, nem impedir o que deveriam impedir, uma cultura que tolhe o nosso desenvolvimento. E de facto, nessa medida, largamente por culpa própria, resvalamos ao longo deste Século para uma



austeridade que estamos hoje a viver e com a qual não temos sido capazes de lidar de forma justa e eficaz.

**5. 2015.07.19 - Surpreende-o a atitude da Diocese de Coimbra ao apelar à denúncia de casos de pedofilia?**

**R.** Admito que este apelo seja uma consequência positiva da política de transparência que o Papa Francisco quer para a Igreja Católica, mas esta é uma reação ‘institucional’ esperada, que conhecemos, da igreja e de tantas outras instituições, públicas e privadas, quando sob suspeita de crime cometido por um dos seus membros. Também sabemos que quanto maior é a gravidade moral ou material do ato, e este é um crime de gravidade máxima, mais rapidamente as instituições fazem este tipo de declarações. Por isso, neste, como em todos os casos, o que releva é que as instituições da justiça sejam capazes de efetuar as devidas averiguações de forma célere, clarificadora da verdade dos factos e com as correspondentes consequências, esperando-se genuína colaboração das entidades sob investigação. A confiança dos cidadãos na justiça e nas instituições está muito associada à forma com todos estes casos são tratados.

**6. 2015.07.26 - Considera obrigatório um governo de maioria na próxima legislatura?**

**R.** Certamente que não obrigatório, mas inequivocamente que muito importante. A história mostra-nos que governos com apoio parlamentar minoritário são fracos e instáveis. Independentemente de necessitarmos de mudanças ou ajustes de objetivos políticos, nós continuamos a necessitar de políticas reformistas firmes, difíceis, tanto no plano do modelo do capital, como relativamente ao modelo do trabalho. Precisamos de evoluir nos modelos de governação política e das instituições públicas, no sentido de tornar a governação mais descentralizada, mais justa no plano do equilíbrio regional, mais ágil e eficaz nas instituições. Dificilmente o conseguiremos com governos de minoria parlamentar, o que pode significar mais um período falhado nas medidas que há a tomar para a necessária inversão da trajetória social e económica negativa em que vivemos.

**7. 2015.08.02 - Dos programas eleitorais já apresentados, qual a ideia que já fixou?**

**R.** Uma pergunta um pouco extemporânea, mas deixo uma primeira nota: um sistema público forte e qualificado é fundamental para a vida nacional, mas não é com permissividade que ele é construído e valorizado. Vejo pouca clareza e convicção nas propostas sobre a reforma do Estado, em particular nos modelos de governação e de trabalho. A coligação mantém um discurso em que é clara a desvalorização do sistema público em favor do privado. O partido socialista debate-se com um dilema entre realismo e inibição ideológica. Recordo que o início

da debacle das nossas finanças coincidiu com a passagem maciça de prestadores de serviços, em meados dos anos noventa, para os quadros permanentes da função pública. Precisamos de um sistema público eficiente, produtivo e naturalmente que justo. Um sistema em que se exija o que se deve exigir, em que se impeça o que se deve impedir e em que se compense o que se deve compensar. Não vejo sinais da necessária mudança...

**8. 2015.08.09 - O desemprego será tema central da campanha eleitoral?**

**R.** Espero bem que sim. A situação do desemprego e do subemprego com salários de pobreza europeia, em que centenas de milhares de portugueses vivem, representa a maior chaga da nossa crise social, o maior indicador do nosso atraso relativo na Europa. Importa que os partidos discutam o problema com seriedade máxima. Importa que sejam apresentadas propostas sérias de crescimento, que se analisem com coragem as razões que conduziram à situação em que estamos e como pensam os partidos que a podem reverter. Ora, o começo da campanha foi muito negativo neste tema. Focar a análise em números que contêm elevada incerteza, não é convincente, não ajuda a fortalecer a confiança. Usar painéis de exteriores com mensagens pungentes sobre desemprego associadas a situações falsas, destrói confiança. Assumamos que foi uma falsa partida. (P.S. permito-me usar o termo estrangeirado ‘painéis de exteriores’ que tem como tradução para a língua portuguesa ‘outdoors’...).

**9. 2015.08.16 - Batemos recordes no turismo. Estamos preparados para este crescimento?**

**R.** Penso que estamos, certamente que com os pés na Terra, isto é tendo presente que neste negócio há fatores externos que podem ditar alterações significativas e bruscas nos padrões que hoje observamos. Mas, no que a nós compete, e descendo agora ao plano da região do Porto, penso que temos feito um bom trabalho de criação de infraestruturas materiais e culturais. Temos beleza natural mais cuidada. Fortalecemos muito, em quantidade e qualidade, a nossa oferta de hotelaria e gastronomia. Fortalecemos muitíssimo a nossa oferta cultural. Temos gente nova com boa formação. Parabéns aos municípios, aos empresários de turismo, às instituições culturais e a todos os jovens que com o seu entusiasmo são uma agradável frente de primeiro contacto. Vivemos um ambiente cidadão acolhedor, mas, para bem de nós todos e da indústria do turismo, importa que tenhamos capacidade de melhorar em limpeza e organização nas nossas ruas, e capacidade económica de renovação patrimonial.

**10. 2015.08.23 - A multiplicação de candidatos presidenciais é um bom sinal?**

**R.** Entre candidatos assumidos e fumo de candidaturas no horizonte, parece que já vamos em dezassete. E ainda faltam algumas, clássicas... Logo se verá quantas se confirmam, mas esta fartura é o resultado de um pouco de tudo, nada de anormal, ou que não esperasse - insatisfação grande da sociedade civil face ao nosso histórico político e socioeconómico,

vontade cívica de intervenção ideológica, lutas de poder político, económico ou partidário, enfim, francamente nada que não se veja também em outros países com o nosso modelo democrático. Portanto, não é bom, nem mau sinal. Estou certo de que lá para outubro ou novembro iremos ter uma clarificação, com um núcleo de candidatos(as) com dimensão política e humana que representem uma mais valia para a nossa democracia neste importante cargo, mas, no momento, bem mais importantes são as eleições legislativas e é sobre essas que temos todos muito que refletir nas próximas seis semanas. Depois, lá virão as presidenciais...

**11. 2015.08.30 - Considera que o Governo deveria abster-se de tomar decisões relevantes em vésperas de eleições?**

**R.** Eis uma questão importante que se aplica a todos os poderes executivos no sistema público, incluindo o governo de instituições públicas, como se aplica ao poder legislativo. Não há uma resposta única em abstrato, sendo que neste caso, como quase sempre na vida, o ‘bom-senso’ tem um papel preponderante. A partir do início dos períodos eleitorais os vários poderes devem ser ‘parcimoniosos’ nas decisões. Podem e devem fechar dossiers e processos reconhecidamente discutidos e trabalhados. Mas devem abster-se de ‘precipitar’ decisões sobre processos que não foram capazes de resolver em tempo útil. Muito menos tirar da cartola e aprovar processos, leis ou decretos-leis nunca antes falados. Muito menos, ainda, assinar contratos gravosos para o futuro dos cidadãos, após resultados eleitorais negativos. De tudo isto já vimos no passado não distante. Estou convicto, tenho esperança, de que não o veremos no presente, o que seria um bom sinal da maturidade do Governo e do Povo.

**12. 2015.09.06 - Considera que a libertação de José Sócrates pode ter influência na campanha?**

**R:** Eu gostaria de nem ouvir falar do assunto, deixando a justiça desenvolver o seu trabalho, sem pressões externas e de forma célere, algo de fundamental num Estado de Direito. Nós temos a decisão de libertação que, em si, constitui simplesmente um passo do processo, temos a campanha e temos o que releva, a decisão dos eleitores no dia 4 de outubro. A influência da libertação na campanha ocorrerá na medida em que os envolvidos usem este passo para promover uma escalada de ligação do processo à política, em linha com o que temos assistido. Aí, contemos com a amplificação que os Media entendam fazer ou com a exploração que interessados políticos indirectos consigam fazer através dos Media. A influência na campanha está pois largamente nas mãos dos envolvidos. Relativamente à decisão de voto, penso que ela não irá estar associada de forma significativa a este processo. Os Portugueses começam a habituar-se a este ‘circo’ dos processos mediáticos, cuja lista já é significativa.

**13. 2015.09.13 - O debate entre Passos e Costa mudou a campanha eleitoral?**

**R:** Só poderemos especular, porque não iremos saber se o que vai ser é o que iria ser sem este debate! Certo que estes debates têm limitações, mas ainda assim o universo de temas abordados foi muito limitado. O que é que o ‘grande público’ terá retido? Argumentos sobre a responsabilidade da vinda da Troika; dois modelos (não assim tão distantes) para um sistema social sustentável; excesso de sombra do passado, independentemente da razoabilidade de introduzir argumentos contra a ‘síndrome da memória curta’ relativamente aos erros desse passado. Curto. E outros temas tão importantes para o futuro? Um só exemplo, o tema do modelo Europeu, espaço em que ‘felizmente’ estamos inseridos, e o problema central das razões internas das nossas dificuldades em convergir para os indicadores de qualidade e riqueza Europeus. Especulemos que o debate mudou as campanhas na medida em que as reações ao debate levem os partidos a trazer de forma clara temas do futuro nas próximas ações... sem esquecer o passado.

**14. 2015.09.20 - O que espera da campanha eleitoral? Confronto ou esclarecimento?**

**R.** Espero confronto do tipo ‘escaramuças’ e pouco esclarecimento. Vamos ter que ser capazes de ‘ler nas entrelinhas’. Importa que a discussão se afaste do tema grotesco de ‘quem chamou a Troika’, que tinha que vir dado o desastre da situação a que o País coletivamente chegou, não sendo relevante quem a chamou. A discussão tem também que ir para lá da questão das pensões, colocada aliás de forma muito infeliz, pouco perceptível e como ‘papão’, para assustar. São tantos os temas importantes. Gostaria de ver explicações e soluções para algumas questões ‘menores’, como exemplo: a da convergência para a Europa, há anos adiada; a do combate à desertificação do interior; ou a questão crucial da governação do sistema público, que tem que ser forte, governado de forma racional e efetiva. Mas, a questão fundamental é outra – deixar clara aos partidos a exigência de se entenderem no caso provável de não haver maiorias absolutas. Tomemos as palavras de alguns, como ‘bluff’ neste jogo de poker.

**15. 2015.09.27 - Sairá um Portugal diferente das eleições do próximo domingo?**

**R.** Sou reformista e acredito na regeneração... Tenho esperança de que os nossos políticos moderados consigam um entendimento democrático que traduza na governação a vontade do Povo expressa nas urnas. Este posicionamento é uma exigência, não um pedido, porque os políticos estão ao serviço do Povo. Portugal precisa de um governo estável, de base social alargada, que consiga uma verdadeira reforma do Estado. Que se façam os acordos necessários em função dos resultados eleitorais. O sistema público precisa de ser forte, mas ágil e produtivo, tudo o que não é neste momento. Todos sabemos das nossas dificuldades, quando nos comparamos com países europeus mais desenvolvidos, em áreas chave como a justiça, a

saúde, a educação a nível do secundário, a educação superior e a ciência. Sejam capazes de evoluir na nossa cultura de organização coletiva e de governação porque, na generalidade dessas áreas, temos capital humano e recursos materiais para sermos muito melhores. Tenhamos ambição.

**16. 2015.10.04 - Como avalia a decisão de Cavaco Silva de não comparecer nas cerimónias do 05 de outubro?**

**R.** O Senhor Presidente da República decidiu não participar nas cerimónias organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, comemorativas da Implantação da República. Entendo a decisão. Percebe-se bem a grande delicadeza de qualquer intervenção do Presidente neste ‘Day After...’, dados os vários cenários eleitorais que estão no horizonte, como se percebe a necessidade do Presidente se concentrar na resposta política aos resultados eleitorais, como importa ainda perceber a dimensão relativa da efeméride. Sendo eu republicano, noto que Portugal nasceu e existe, com ou sem ‘5 de outubro’, há quase novecentos anos, pelo que esta data vai perdendo dimensão numa República consolidada, a ponto de a comemoração estar a adquirir um cariz regional. É bem claro que nada tem a ver com a grande dimensão e significado do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Enfim, um ‘não assunto’, face aos imensos desafios que neste preciso momento Portugal enfrenta.

**17. 2015.10.11 - Qual acha que será a composição (político-partidária) do próximo Governo?**

**R.** Os resultados eleitorais de 4 de outubro conduziram-nos objetivamente a mais um momento político difícil da nossa história, que vamos vencer, como vencemos outros no passado. Ao longo da semana os analistas profissionais apresentaram-nos no essencial quatro grandes cenários, recheados de ‘prós’, de ‘cons’ e de incertezas, mas todos incluindo o PS como ator decisivo. Nesta incerteza, com o devido respeito por todos os eleitos, voto que vai prevalecer a matriz Europeia do Portugal dos últimos 40 anos, em cujo desenvolvimento o PS foi o protagonista principal. Tal significa uma concertação política entre a Coligação e o PS, particularmente na área social e económica interna, porque nas grandes questões internacionais de há muito que estão de acordo. Afinal, e ademais, uma grande responsabilidade mútua decorrente de mais de 70% dos cidadãos terem votado nestes partidos.

**18. 2015.10.18 - O presidente da República deve dar posse ao partido vencedor ou ao que reunir melhores condições de estabilidade?**

**R.** Uma resposta difícil na medida da complexidade da situação política, que se vem agravando dia a dia, para desespero dos Portugueses. O Presidente deve pedir a formação de governo ao líder da coligação, que está a 9 deputados da maioria absoluta. Este deverá

apresentar uma solução governativa estável, a qual terá (ou teria...) que passar por um acordo de governação com o PS. Falhando esta solução, e havendo um acordo de cooperação entre o PS, o PC e o BE, deverão ser estes partidos a governar. Vejo, no entanto, como muito difícil a prova de estabilidade deste cenário, face às inequívocas divergências das matrizes ideológicas e programáticas entre esses partidos. Se estes cenários falharem? Em limite, um último cenário, desastroso para o nosso desenvolvimento, isto é para o bem-estar do Povo esquecido, é um governo de gestão e eleições dentro de sensivelmente um ano, com todas as consequências para o enfraquecimento do regime. Será que os deputados poderão influenciar as lideranças?

**19. 2015.10.25 - Como avalia a última comunicação ao País de Cavaco Silva?**

**R.** Ontem, sábado, tivemos um ‘festim’ de comentários políticos sobre a decisão e a correspondente comunicação do Senhor Presidente da República. Escolho duas notas breves de uma comunicação que teve um objeto próximo e um enquadramento com projeção para o futuro. Relativamente ao primeiro, a justificação da indigitação do Dr. Pedro Passos Coelho como primeiro-ministro foi clara e óbvia, não levantando discussão séria - tomou a única decisão razoável (legítima) que podia ter tomado face ao facto de os partidos alternativos não terem apresentado formalmente qualquer solução política de governação. Relativamente às palavras de enquadramento, que têm subjacentes uma projeção de ação, sendo coerentes com o seu programa, as consequências estão à vista: desativaram a oposição interna no PS; foram usadas, legitimamente, pelo PCP e pelo BE para defenderem as suas visões políticas; e, penso, tornaram a vida bem mais difícil ao PS nas negociações para um provável governo PS-PCP-BE.

**20. 2015.11.01 - Olhando para os alertas desta semana, devemos alterar hábitos alimentares?**

**R.** Não é de hoje. Há muitos anos que a Organização Mundial de Saúde tem vindo a alertar para o ‘nexo causal’ entre a dieta (também o exercício físico) e a prevenção de doenças crónicas, como é o caso da diabetes (a doença do Século) e das doenças cardiovasculares. O Ocidente rico consome muito mais do que as quantidades devidas de açúcar e outros carboidratos de índice glicémico elevado, de gorduras e proteínas animais e, em Portugal, de sal. Ora, há vasta evidência de que em muitos casos individuais será possível controlar estas doenças, nomeadamente a diabetes, por via de uma dieta mais equilibrada para o lado dos vegetais, das leguminosas e das frutas, desta forma controlando o peso, baixando o colesterol e os triglicéridos, reduzindo ou eliminando os medicamentos, isto é, tendo uma vida mais saudável. Por razões de cultura e da pressão da economia não se mudam facilmente os consumos, mas temos que manter uma informação consistente para uma evolução positiva dos nossos hábitos alimentares.

**21. 2015.11.08 - Deve o Presidente dar posse a um governo de esquerda, mesmo sem acordo a 4 anos?**

R. (1) Independentemente da coloração política, é ‘contranatura em democracia’ termos um governo, saído de eleições, sem acordo estável para a legislatura – seria muito mau para o País e para o regime. A resposta seria, portanto, NÃO. (2) Porém, por estas mesmas razões, creio que vai haver um acordo, cuja coerência e consistência dificilmente será avaliável à priori. Com os seus poderes constitucionais muito limitados, o Senhor Presidente da República vai provavelmente ter que dar posse a um governo com algum risco de incerteza política; (3) O essencial: Portugal mantém uma divergência clara para os países mais desenvolvidos, expressa em desemprego e salários de pobreza; para lá das questões europeias, estamos nesta situação largamente por culpa própria, pela nossa dificuldade de organização e governo, pela nossa incapacidade de promover um sistema público forte, eficiente e produtivo, de promover rumo estável e com isso CONFIANÇA na Sociedade, condição essencial para o desenvolvimento.

**22. 2015.11.15 - Qual deve ser a nossa reação ao ataque terrorista de Paris?**

R. De reflexão serena e de ação firme. Este atentado, na dimensão e na forma como foi concretizado contra a população civil, representa uma *barbárie*, um ato de guerra contra o Ocidente, muito mais do que contra a França, perpetrado por um grupo extremista profissionalmente organizado e preparado. O modelo social e político prevalecente no Ocidente é aberto e plural, com um risco calculado de fragilidade decorrente do respeito pela liberdade e pela dignidade humana. Este parece ser o preço que pagamos por este modelo neste Mundo contemporâneo. Não devemos mudar os princípios e não temos que pagar o preço. O Ocidente deve visitar a sua política internacional, nomeadamente a relativa ao Médio Oriente, em articulação com a Rússia e com as potências asiáticas. Os Europeus têm que visitar os seus serviços de segurança, em particular os serviços de informação, dando-lhes mais meios e promovendo a melhoria da sua articulação interna. Os governos têm obviamente que defender os seus Povos.

**23. 2015.11.22 - Receia que o medo do terrorismo possa limitar a nossa liberdade?**

R. Não receio. Repito o que disse há oito dias: o modelo social e político prevalecente no Ocidente é aberto e plural, com um risco calculado de fragilidade decorrente do respeito pela liberdade e pela dignidade humana; talvez seja este o preço a pagar pela nossa forma de vida no Mundo contemporâneo; não devemos mudar os princípios e não temos que pagar o preço. Entendamos que o sentimento de ‘limitação da liberdade’ também depende da nossa sensibilidade. Se exigimos aos governos que adotem medidas de defesa da população, então encaremos algumas eventuais restrições como medidas de defesa necessárias e não como limitação à nossa liberdade. Lembremo-nos do que se passa nos aeroportos desde setembro de

2001. Antes, não havia qualquer inspeção a bagagens e pessoas. Hoje, somos sujeitos a inspeções rigorosas, quiçá pontualmente excessivas, mas cuja importância relativizamos. Sabemos defender a nossa integridade sem ofender a essência da liberdade que faz parte do nosso modo de vida.

**24. 2015.11.29 - Quais considera que devem ser as prioridades do novo governo?**

R. No plano social e político interno, temos obviamente duas prioridades - o combate ao absoluto flagelo social que é o desemprego e a criação de condições de aumento dos salários, ambos a níveis incompatíveis com as concepções de dignidade social que cultivamos na Europa em que vivemos e para cujos níveis globais de desenvolvimento temos que, e podemos, convergir. A questão é que essas duas prioridades realmente convergem numa só – criar condições de desenvolvimento económico, sem o que a situação de desemprego e os níveis de pobreza continuarão. No plano europeu, o governo terá que transmitir de forma clara a sua vontade de ser parceiro igual, no respeito pelos acordos políticos, sociais, económicos e a nível da defesa que assinou. No ensino superior e na investigação científica deve ser fortalecida uma política de autonomia auditada, transparente, no quadro de uma missão contratualizada com as instituições, recentrando as políticas de investigação com e em torno das universidades.

**25. 2015.12.06 - Portugal tem condições para registar um deficit abaixo dos 3%?**

R. Ao longo dos últimos 20 anos habituamo-nos a perceber, sempre *à posteriori*, que não poucas vezes os valores do deficit foram atenuados com engenharias financeiras de ocasião, em formatos e movimentos diversos, nomeadamente com receitas inopinadas, certamente que legais, mas artificiais relativamente ao valor da nossa economia, isto é foram artificialmente melhorados, sem relação com a situação do País. É claro que um dia nos ‘estourou a castanha na boca’. Nos últimos dias recebemos várias informações e contrainformações sobre a situação de 2015. Se podemos ou não fechar o ano com o deficit abaixo dos 3%, não sei. Que no plano político e nas consequências para a nossa economia, tal é muito importante, disso estou convencido. Pelas notícias que vou lendo, o governo tem este entendimento. Que medidas vai tomar de garantia de receita e de controlo de despesa, não sei, vamos ver nos próximos dias. Politicamente, parece-me que irá segurar por mais 25 dias o aumento da despesa.

**26. 2015.12.13 - Olhando para as sondagens, está tudo decidido para as eleições presidenciais?**

R. Não. Relevando a importante contribuição cívica de todas as candidaturas, iremos ter três candidatos principais, personalidades com vida pública reconhecida e com apoios políticos substantivos. Não valorizo sondagens a um mês e meio das eleições. Há 30 anos, nas eleições de janeiro/fevereiro de 1986, Mário Soares arrancou com 5% de intenções de voto. Subiu ao longo da campanha. Na primeira volta Diogo Freitas do Amaral arrecadou 46,3% dos votos,



contra os 25,4% do segundo mais votado, Mário Soares. Na segunda volta Soares foi eleito presidente com 51,2% dos votos. Marcelo Rebelo de Sousa é o presidente das sondagens, neste arranque. Está a promover uma campanha mediática de vitória à primeira volta, porque conhece a história. Se não ganhar à primeira, ou Maria de Belém ou António Sampaio da Nóvoa, um deles poderá bem ser o próximo presidente. Nesse cenário, a decisão dos restantes candidatos, de irem até ao fim, será decisiva para a escolha. Penso que a procissão ainda vai no adro...

**27. 2015.12.20 - O interesse público da TAP é suficiente para reverter a privatização?**

**R.** Em *Realpolitik* esta questão é simples de entender, mas será excecionalmente difícil de resolver. O contrato de venda foi legal e o atual quadro acionista é legal. Por outro lado, tanto política como legalmente, o Governo pode reclamar o interesse público para reverter a privatização. Se avançar, como parece que o irá fazer, terá naturalmente que pagar. Aí, iremos ter um negócio dispendioso, com uma disputa legal longa e complexa. A Atlantic Gateway SGPS, que detêm atualmente 61%, será obrigada a aceitar a venda parcial de somente 12%? Qual o valor da parcela da expectativa de lucros do negócio? Por outro lado, uma empresa pública com os problemas laborais que as greves recentes dos pilotos demonstraram, dificilmente será viável, tendo em conta a concorrência conhecida de todos. Certamente que os mais velhos deste País, em que me incluo, cresceram com uma cultura de amor à ‘empresa de bandeira’, cultura promovida desde os tempos de Salazar. Mas os tempos hoje são outros.

**28. 2015.12.27 - O que espera de 2016?**

**R.** Não tanto o que espero, mas o que eu gostaria que fosse! Portugal não tem conseguido convergir para uma dimensão económica e social europeia que tem todas as condições de atingir, se atentarmos ao seu potencial humano. Independentemente dos problemas da Europa e do Mundo, é nas nossas dificuldades de organização coletiva que residem as causas do nosso insucesso. Precisamos de crescimento económico para termos algo que possamos distribuir de forma socialmente justa. Gostaria que em 2016 os Portugueses fossem capazes de encontrar esse caminho necessário para o desenvolvimento: de estabilização política, de verdadeiro início de uma reforma do Estado; de reforma da cultura de governação e gestão de um sistema público que se deseja forte e produtivo, capaz de oferecer serviços fundamentais na educação e na saúde, capaz de fazer frente a processos incompreensíveis para o Povo, na justiça e na regulação do sistema financeiro.

**29. 2016.01.03 - Acredita que o sistema bancário Português se aguenta sem a participação de bancos estrangeiros?**

**R.** Este é um tema relevantíssimo, de complexidade máxima, desde logo e em primeiro lugar político, mas também técnico! Penso que é muito importante que Portugal tenha instituições bancárias nacionais, públicas e privadas. Falando das instituições generalistas, acredito na capacidade dos nossos políticos e especialistas de gerarem um número reduzido dessas instituições, competitivas, ou pelo menos resistentes na cena internacional. Acredito que podemos, mas, como cidadão comum, vejo com muito desconforto, perplexidade e maior preocupação o esbanjar incompreensível de recursos do sistema financeiro, num clima de uma aparente permissividade, aliás este um problema nosso, com laivos de endémico. Precisamos de uma Supervisão e de uma Regulação mais fortes. No sistema público, Portugal precisa de um Banco de Portugal e de uma Caixa Geral de Depósitos, como precisa de Universidades, Hospitais e Tribunais com melhor organização, mais fortes e eficientes no cumprimento das suas missões.

**30. 2016.01.10 - A profusão de candidatos favorece ou não o debate das presidenciais?**

**R.** Nem favorece, nem prejudica. A perceção da qualidade e do interesse dos debates presidenciais é muito do foro pessoal. Para mim, haver muitos candidatos é expectável. Decorre do modelo político que adotamos. É certo que, na televisão, um ou outro programa com excesso de candidatos pode ‘ajudar à confusão’, mas esse não é o ponto, até porque as pessoas filtram os programas que entendem ver. O potencial problema da qualidade e interesse do debate, seja com 2 ou 10 candidatos, estará no modelo democrático europeu em si mesmo, o qual, independentemente de algumas nuances de país para país, leva a que os candidatos tendencialmente omitam ou deturpem a realidade e a forma de resolver as dificuldades. Será esta uma fraqueza de um modelo político que é, globalmente, o ‘menos péssimo’ que conheço! Neste entendimento, eu tenho aplicado o meu filtro aos programas, ouço os candidatos que entendo ouvir, aplico o meu filtro às palavras, que em muitos casos são importantes... e irei votar.

**31. 2016.01.17 - Considera que a campanha tem contribuído para alterar a imagem com que os candidatos se iniciaram nesta corrida?**

**R.** Tem havido uma evolução da ‘imagem dos discursos’, normal nas ‘competições’ políticas do Mundo Ocidental. Os discursos têm evoluído para um estilo mais populista, de críticas e promessas, sem aprofundar problemas delicados dos aspetos de organização da sociedade e culturais que limitam o nosso desenvolvimento. Descendo ao detalhe dos candidatos que poderão ser eleitos: Marcelo Rebelo de Sousa, com uma imagem de extroversão popular, de comentador e avaliador, tem caminhado para um jogo mais defensivo, de crescente contenção,

tem reagido ao facto de ser agora avaliado e comentado, alvo de todos os restantes candidatos. Maria de Belém Roseira, uma personalidade suave e contida, é a que mais tem mantido o registo. António Sampaio da Nóvoa tem-se aberto de forma crescente a palavras que não são as do seu registo natural. Esta evolução agudizar-se-á nos próximos dias, mas será irrelevante – os dados já estarão lançados nos nossos íntimos. Importa sim que votemos.

### **32. 2016.01.24 - Como se pode contrariar a abstenção?**

**R.** Somente de uma forma, com resultados difíceis e de médio prazo – pela cultura, cultivando a confiança no modelo político, promovendo nomeadamente o papel crucial que o Presidente da República desempenha, ou deverá desempenhar, como garante da Constituição, do Estado de Direito e do equilíbrio democrático, acima de interesses conflituantes entre si de micro e macro corporações. Ora, é inequívoco que o nosso modelo político e social tem vindo a ser posto em causa pelo próprio comportamento dos partidos e dos parlamentares individualmente. Não podemos prometer e não fazer, ou fazer o contrário, como tem acontecido. Não podemos chegar e destruir tudo o que está para trás, como tem acontecido. Não podemos promover uma cultura de modelos de governação fracos, a todos os níveis públicos, forma de manter privilégios indevidos. Ainda assim, é preciso percebermos e interiorizarmos que globalmente este é o menos mau dos modelos. Hoje, 24 de janeiro, a palavra de ordem é: Votar.

### **33. 2016.01.31 - Considera o Orçamento um desafio justificável a Bruxelas?**

**R.** Estou certo de que em momento algum o objetivo do Senhor Primeiro Ministro ou do PS, ao submeter esta proposta de orçamento, é o de desafiar Bruxelas, ou o de desafiar o essencial das conceções políticas da União Europeia que o PS tem defendido ao longo de mais de 40 anos. Certamente que esta convicção não se aplica aos partidos que apoiam, neste momento e conjunturalmente, o PS, os quais têm de raiz, como é sobejamente conhecido e com todo o direito que o nosso modelo democrático lhes confere, uma linha política que passa por desafiar os fundamentos atuais da União Europeia. A questão que releva é a da viabilidade e credibilidade desta proposta de orçamento que pretende ser um compromisso entre as promessas eleitorais e o necessário equilíbrio de despesas e receitas, de metas de deficit e de crescimento. As notícias são preocupantes, mas são somente notícias. Há demasiada especulação. O governo tem o direito e obrigação de ação. Esperemos para ver o resultado final das negociações.

### **34. 2016.02.07 - Ainda sobra algo da esquerda do orçamento de estado?**

**R.** A proposta inicial de Orçamento do Estado foi naturalmente influenciada pelos acordos com os partidos da Esquerda do atual arco de governo. Na sequência das negociações com Bruxelas o Governo viu-se obrigado a alterar essa proposta inicial. Temos ainda de esperar

para ver quanto irá sobrar da 'Esquerda' desse orçamento. Importa não especular. Particularmente porque o concreto do impacto de muitas das alterações anunciadas ainda vai resultar do debate e aprovação na especialidade. Como exemplos de alterações com relevância política temos o recuo nos cortes da TSU relativamente a trabalhadores com baixos salários, as saídas previstas na Função Pública e o aumento percentual da carga fiscal contributiva. Esperemos para ver que medidas compensatórias poderá o Parlamento adotar. Importa perceber que está em jogo, para os partidos da Esquerda deste arco de governo, a questão fundamental de equilibrar as suas matrizes políticas com a necessidade política de provar que este arco é viável.

**35. 2016.02.14 - Os voos da TAP a partir do Porto devem ser considerados uma questão de interesse nacional?**

**R.** Nem sequer devia ser questão. Portugal está integrado na União Europeia, num Mundo completamente global, de cooperação e competição, que exige uma dinâmica de ação muito intensa. Particularmente Bruxelas, Barcelona e Milão representam polos de atividade cruciais para o nosso desenvolvimento económico e científico. O aeroporto Sá Carneiro serve uma região bem maior do que a Região Norte. Serve parte significativa do Centro e da Galiza. Cada vez mais se trabalha a ir e vir no mesmo dia. É impensável sermos colocados perante o cenário de precisarmos de dois voos para chegar a qualquer destes destinos. As *low-cost* vão obviamente aumentar as exigências de negócio para estas rotas perante a deserção da TAP. Por muito interessantes que sejam no plano turístico, não podemos ficar dependentes destas empresas. O cenário é obviamente muito negativo. Mas, confio que a força da razão e de uma reação forte dos responsáveis políticos, da economia e da ciência do Norte, ajudem a reverter a situação.

**36. 2016.02.21 - O acordo entre a UE e o Reino Unido é positivo ou desvirtua os princípios da União?**

**R.** Nós temos poucos dados de um problema excecionalmente complexo, mas ainda assim, pelo que pude ler, e um pouco por sentimento, creio que o acordo é positivo. Importa lembrar que o primeiro objetivo dos acordos que conduziram à União Europeia de hoje foi o de manter a paz com desenvolvimento económico neste continente. Basta olhar para o mapa do puzzle da Europa e ver o estado de guerra do Mundo. para percebermos que temos que continuar a procurar acordos. A União está com dificuldades porque cresceu e porque o Ocidente se encontra numa fase de tumulto ideológico. A queda do bloco soviético provocou desequilíbrios que conduziram os povos ocidentais a situações socioeconómicas indistintamente graves. Veja-se como Bernie Sanders, candidato à presidência dos Estados Unidos, reconhece esta situação na sua campanha. É, pois, natural que se tenha que visitar os princípios da UE e

muito menos há princípios sagrados. Não é de hoje que o Ocidente se tem que reinventar. E reinventar-se-á

**37. 2016.02.28 - Choca-o a polémica com os cartazes virtuais do Bloco sobre Jesus e a adoção?**

**R.** Os cartazes são de tal forma impróprios, seja qual for o ângulo pelo qual se analisem, que a própria liderança do Bloco já veio a público reconhecer que foram 'um erro'. Podia lavar daqui as minhas mãos na resposta, chamar-lhe 'humor', desvalorizar e fechar o assunto. Mas, não o devo fazer. Escrevi neste jornal, em 3 de novembro de 2015, um artigo subordinado ao tema 'Não à radicalização'. Este episódio, com a devida adaptação, enquadra-se nesse ambiente que alguns querem criar e que temos de combater com a serenidade e firmeza que caracterizam o modelo democrático, aberto e plural, que a esmagadora maioria dos portugueses defende. Como se percebe por mais este sinal, não todos. Claro que os crentes têm razão especial para reagir. Mas, gostaria de colocar a questão a outro nível, incluindo crentes, agnósticos ou ateus, enfim todos os seres humanos deste Mundo. Trata-se de rejeitarmos todos os que radicalizam pensamentos, de uma forma geral gente que não respeita o próximo.

**38. 2016.03.06 - Que balanço faz dos dois mandatos do Presidente Cavaco Silva?**

**R.** Faço um balanço negativo, na medida do balanço muito negativo que faço das governações desde 1996, em que intervieram muitos atores. O Presidente Cavaco Silva iniciou o seu primeiro mandato em 2006, momento em que já era claro o crescimento galopante da nossa dívida pública, iniciado de forma marcante em 2000. Teve, pois, dois mandatos em tempos excecionalmente difíceis que coincidiram com o eclodir de uma crise anunciada. Apontou várias vezes para a crise, mas não foi capaz, ou não teve meios para a suster, para inverter trajetórias. Penso que no último ano não tomou as melhores opções políticas. Esta história far-se-á com o tempo, mas a questão de fundo é outra: em todos estes anos o regime não conseguiu levar o País para uma cultura de políticas públicas com equilíbrio entre controlo de despesa e produtividade, de organização competitiva à escala internacional, de crescimento da economia, de controlo da corrupção. Sem crescimento e sem ética, não conseguimos promover justiça social.

**39. 2016.03.13 - Passada a tomada de posse, quais são os primeiros desafios de Marcelo Rebelo de Sousa?**

**R.** Em democracia os ciclos de governação representam sempre um novo ponto de partida, uma nova luz de esperança, sentimento essencial para o progresso, sentimento que não existe em sociedades com governos autocráticos. Reconheço ao Senhor Presidente da República uma imensa inteligência, cultura, perceção do humano, perspicácia e capacidade de comunicação. É assim que o vejo capaz de abraçar o grande desafio do imediato, o de promover essa

esperança de um futuro melhor, mais justo, um desafio que encerra duas ações, em duas vertentes ancoradas em duas realidades: por um lado, a promoção da autoestima e confiança dos Portugueses, à medida da juventude mais bem formada de toda a nossa História quase milenar; por outro, a promoção de uma evolução cultural, reformista, da nossa sociedade, em organização coletiva, em racionalismo na governação pública e em rigor e disciplina de trabalho, condição necessária, quiçá não suficiente, para o nosso desenvolvimento competitivo no Mundo.

#### **40. 2016.03.20 - Estamos a pagar à Turquia para ser o tampão contra os Refugiados?**

**R.** Não creio que estejamos a pagar, mas é verdade que a posição Europeia relativamente à Turquia tem sofrido de grandes ambiguidades, tantos são os prós e os contras do aprofundamento da nossa relação com este país charneira entre dois continentes, sob alguns aspectos entre dois mundos. Essa relação deve ser apreciada na perspetiva ampla do *puzzle* geoestratégico, político e de ordem religiosa, que se coloca à Europa contemporânea. Ora, a História ensina-nos que, talvez pela ‘polidispersidade de culturas’ que nos caracteriza, temos tido dificuldades em encontrar respostas comuns a grandes problemas e ameaças. O drama dos Refugiados simplesmente pôs mais uma vez a nu essa nossa fragilidade. A questão não está em encontrarmos um tampão, mas sim em estarmos á altura dos princípios em que assentam os alicerces da (necessária) construção Europeia. Nomeadamente, e para além de procurar identificar e atacar o cerne do problema, os nossos valores solidários têm que falar mais alto.

#### **41. 2016.03.27 - Estamos a perder a guerra contra o terrorismo?**

**R.** Não estamos, nem a vamos perder, por duas razões principais: pelo imenso avanço atual da nossa civilização, expresso não só em valores humanos, como em desenvolvimento emocional, racional, científico e tecnológico, relativamente aos valores que os nossos agressores defendem e ao estágio de desenvolvimento em que se encontram; e, porque estamos a ser agredidos em nossa casa, razão fundamental pela qual nós não ganhamos em África, os americanos no Vietname ou os Soviéticos no Afeganistão. Vivemos tempos de imenso desafio para a Humanidade. Sem discussão, temos que reagir com firmeza máxima, fortalecendo o nosso sistema de defesa, nos serviços de informação e na ação policial, mas temos simultaneamente que refletir sobre a história das políticas do Ocidente no Mundo, desde logo, hoje, não confundindo bombistas com refugiados, como o lembrou o Cardeal-patriarca. Temos definitivamente que acelerar a procura de novas fontes de energia, isto é diminuir a nossa dependência do petróleo.

**42. 2016.04.03 - O PSD tem sabido cumprir o seu papel na Oposição?**

**R.** Não sou dado a especulação política, mas a pergunta, a que não fujo, só pode ser respondida com alguma especulação. No pós-eleições, o PSD no essencial não tem existido, tem-se ‘feito de morto’. Porquê? Possivelmente, porque, sem alternativas, terá pensado que devia esperar e ver se a coligação se entendia e em particular se conseguiria fazer passar o Orçamento (na Europa). Também, porque as eleições internas estavam à porta. A delicadeza da situação política terá aconselhado alternativas internas, se é que existem com credibilidade e força, também elas a ‘fazerem-se de mortas’ nessas eleições e Passos Coelho vai renovar (hoje) a liderança sem oposição. Uma vida política saudável exige uma Oposição ativa. A questão é – como vai o PSD passar do estado estático dos últimos meses para um estado dinâmico? Será o líder do passado recente capaz fazer propostas sociais-democratas de forma credível, definitivamente com necessário rigor, mas sociais-democratas? Veremos...

**43. 2016.04.10 - Considera necessário um código de conduta para políticos nas redes sociais?**

**R.** Pensando na causa próxima de um excesso que certamente suscitou esta pergunta, e que teve consequências pessoais concretas, o que saúdo, entendo que não se combatem estes episódios com códigos de conduta. Relativizemos. Excessos reprováveis deste teor ocorrem no mundo ocidental em dimensão relativamente limitada, mas não desprezável. Estão associados ao sentimento de impunidade e à passividade social com que são observados, no essencial à cultura de respeito pelo próximo de uma sociedade. É sobre essa dimensão do respeito pelo próximo, nas consequências dos atos, que temos que atuar. É curioso notar que normalmente são os políticos e os responsáveis por instituições públicas que estão na ponta da mira de atiradores públicos, alguns dos quais, bem para lá do seu direito de opinião e fiscalização, mentem, insultam ou agredem verbalmente ‘alvos a abater’, impunemente. É claro que, em nenhuma ocasião, quem ocupa um lugar de responsabilidade pública deve e pode responder na mesma moeda.

**44. 2016.04.17 - Considera relevante a discussão de género em torno do cartão de cidadão?**

**R.** Essa ou discussão similar, mais do que irrelevante é desinteressante. Penso que associar a luta pela defesa da igualdade de género, do respeito do género, a estas questões linguísticas, na forma isolada e superficial como surgiram nos media, numa língua que consagra uma estrutura de feminino e masculino, sem elemento neutro, parece-me ser muito desviante relativamente ao que verdadeiramente importa – defender políticas de dimensão social, nas quais relevam os temas associados ao género, da igualdade de tratamento e de oportunidades, contra a discriminação, a todos os níveis, nomeadamente no trabalho, na defesa da maternidade e na defesa de medidas que promovam uma exigência de responsabilidades

equilibradas de mãe e pai no apoio aos filhos. Todo o tipo de humor, com ‘inovações linguísticas’, que apareceu imediatamente nos meios de comunicação social, é só por si um indicador de que há temas muito mais interessantes e importantes a merecerem o nosso dispêndio de energia.

**45. 2016.04.24 - Acredita nas metas para a legislatura que o Governo leva a Bruxelas?**

**R.** As metas são atingíveis na medida em que o governo seja capaz de tomar medidas que me parece não estarem propriamente no acordo multilateral de governação, e que efetivamente já está a começar a tomar. É claro que a situação é muito complexa, tanto no plano político, como na perspetiva das medidas mais técnicas de controlo de metas, principalmente do deficit e do crescimento. A nível político, o Plano Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade para 2016-2020 esta semana divulgados, estão já, objetivamente, a servir de teste da ‘coligação’, particularmente em relação a medidas para o setor público. Descendo ao nível mais técnico, escapa-me naturalmente o detalhe, mas noto a convergência de pareceres de especialistas relativamente à necessidade de aumentar receita pelo lado dos impostos, como me preocupa muito a situação muito confusa na área financeira, sem controlo político à vista. É possível, tem que ser possível, mas vamos precisar de muita determinação.

**46. 2016.05.01 - “Geringonça” ou “Caranguejola”, o que está a funcionar melhor?**

**R.** Serve para a resposta retomar esta ideia central para o nosso futuro, que escrevi no JN a 3 de novembro de 2015: “Nós podemos iludir os que nos rodeiam, ou mesmo iludirmo-nos a nós próprios, mas não tenhamos a ilusão de iludir o ‘tempo’, nas consequências sociais, económicas e políticas da nossa continuada incapacidade de estabilização de rumo e de governação”. Pois, temos neste momento um governo legítimo, mas ainda com muito pouco tempo de vida. Para já, governo e oposição, estão ambos a funcionar ‘normalmente’, nem bem, nem mal, a estudarem-se neste jogo político. É bem sabido que em política não ‘adianta’ ter razão antes do tempo certo, mesmo que nesse momento seja já demasiado tarde. Neste momento é ainda claramente cedo para uma avaliação séria sobre a ação governativa ou sobre a estabilidade da base de apoio parlamentar. Atentos e expectantes, dêmos tempo ao tempo. Falemos daqui a algum tempo, com indicadores de governação de 2016 e aquando da discussão do orçamento para 2017.

**47. 2016.05.08 - O Governo faz bem em reduzir o financiamento aos Colégios privados?**

**R.** Não, na forma que transparece das notícias que têm sido publicadas. O governo entende (e eu concordo!) que a obrigação do Estado de assegurar uma rede de educação de qualidade



em todo o território passa prioritariamente pelo financiamento do sistema público. É natural que desenvolva políticas nesse sentido. Mas, em democracia as políticas públicas devem pautar-se por princípios de estabilidade, previsibilidade e confiança. Contratos e acordos assumidos por governos legítimos devem ser respeitados. É grave desrespeitar expectativas legítimas. Acrescente-se que é como princípio muito negativo alterar políticas com o ano a decorrer. É o que parece estar a acontecer com a política de educação, com a agravante de estar associada de forma clara a sombras políticas sindicais que no meu entendimento não colhem parecer público favorável. Outra coisa são os postos de trabalho que, com a evolução demográfica negativa que persiste, vão inexoravelmente diminuir no conjunto 'público-privado'.

**48. 2016.05.15 - A pobreza em Portugal é endémica ou faltam políticas para a combater?**

**R.** Não é endémica, mas faltam políticas para promover uma evolução de aspetos culturais da nossa vida coletiva que perduram há muito tempo e que estão na base das nossas dificuldades. Somos um país pobre no seio da Europa do Ocidente, hoje um paradoxo, considerando o potencial humano educado que conseguimos alcançar nos últimos 30 anos, jovens imensamente capazes, como o demonstra o sucesso individual dos tantos que emigram. Não há, pois, razão de substância para estarmos condenados a um futuro de pobreza, mas só sairemos desta existência, em que 'sobra discurso e falta prática de solidariedade', na medida em que formos capazes de promover uma mudança cultural no nosso rigor coletivo, na nossa visão de ética social, na perceção dos excessos de permissividade social que aceitamos e no frágil modelo de governação pública que praticamos. Temos que perceber que é necessário criar mais riqueza, como temos que aceitar que é necessário distribuí-la de forma socialmente mais justa.

**49. 2016.05.22 - As diretas no PS são uma prova de fogo para Costa, até para a relação com Bloco e PCP?**

**R.** Estou a escrever estas linhas no sábado, 21 de maio, segundo dos dois dias que o PS programou para as eleições diretas para o cargo de Secretário-Geral e para as eleições dos delegados ao congresso de junho. Quando este texto for publicado, no dia 22, já se deverão conhecer os resultados. As diretas não constituirão qualquer prova de fogo. António Costa com a sua moção 'Cumprir a alternativa, construir a esperança' não terá (ou não teve) oposição. Já a eleição dos 1450 delegados ao congresso pode trazer alguma sugestão de stress interno ou externo, mas ainda assim não acredito que tal aconteça. Penso que dentro do PS (quase) todos percebem que o governo tem o direito de governar para cumprir o programa aprovado na Assembleia da Republica, não relevando especular sobre a estabilidade da base parlamentar

para a solução governativa. Ademais, importa não esquecer que em política, mais do que em qualquer outra área de atividade social, não se pode ter razão antes de tempo...

**50. 2016.05.29 - Que balanço faz dos primeiros seis meses do Governo?**

**R.** Revisito a minha resposta à questão de 1 de maio (sobre o funcionamento da ‘geringonça’): “é bem sabido que em política não ‘adianta, nem se pode’ ter razão antes do tempo certo; neste momento é ainda cedo para uma avaliação séria sobre a ação governativa ou sobre a estabilidade da base de apoio parlamentar; falemos daqui a algum tempo, com indicadores de governação de 2016 e aquando da discussão do orçamento para 2017”. Complemento hoje: o governo tem-se aguentado, esboça uma linha de rumo e reabriu um pouquinho a janela da esperança, é certo; mas continuamos a viver em suspenso sobre a viabilidade desse rumo, particularmente pensando nas políticas que estão aí no horizonte para asseguramos o cumprimento do equilíbrio orçamental no setor público. Não esqueçamos que nas sociedades abertas ‘confiança’ é a palavra-chave para o desenvolvimento; o sucesso do governo dependerá pois da confiança que consiga transmitir através da coerência da sua ação e da sua postura. Falamos em outubro...

**51. 2016.06.05 - Descentralização ou regionalização, qual o caminho a seguir?**

**R.** Devemos seguir, de forma determinada, o caminho possível para estabilizarmos Regiões com a massa crítica e com a autonomia política e financeira necessárias para o nosso desenvolvimento sustentado. Há 40 anos que persiste um modelo de centralização que tem tolhido esse desenvolvimento. Certo que progredimos nestes anos, mas muito menos do que deveríamos e poderíamos ter progredido. Precisamos de outro modelo. Hoje não haverá as dúvidas que há cerca de 20 anos conduziram ao colapso dessas reformas tentadas, mas a Grande Conferência dos 128 anos do JN, realizada no passado dia 2 deste mês, colocou de novo a nu a complexidade dessa decisão de modelo a adotar, expressa na diversidade de opiniões, não convergentes, de vários atores relevantes. No essencial da ação, como disse o autarca Fernando Medina, nessa mesma Conferência, “a distribuição de poder nunca será feita sem conflito e uma boa luta... pois a resistência para que tudo fique na mesma é muito grande”. *De acordo...*

**52. 2016.06.12 - Tendo em conta os argumentos que usou, Marcelo deveria ter vetado a lei das 35 horas?**

**R.** Penso que não, nem tinha condições políticas para tal. O cerne da questão é a produtividade da Função Pública e essa depende de uma reforma que tarda em ser feita! Sendo eu favorável a que se estabeleça um horário de 40 horas, não posso deixar de ser sensível à história e à forma como esse horário subiu. Recordo que, há cerca de 23 anos, um membro do governo disse aos Funcionários Públicos que ‘tinham tido um aumento salarial de 3%’, na

sequência da diminuição formal do horário de trabalho de 36 para 35 horas semanais! Se esse raciocínio se tivesse aplicado agora, então as contas dos cortes teriam sido agravadas em 14 %. Para os muitos, que os há, que trabalham bem mais que as 40 horas, é muito chocante esta discussão. Para outros muitos que trabalham menos, aí sugiro que se use este momento da reversão para revisitar a legislação de trabalho, nomeadamente sobre o 'horário flexível' e a forma como ele é praticado. Aí reside uma fonte de ganhos muito significativos de produtividade.

### **53. 2016.06.19 - Que União Europeia teremos se o Brexit vencer?**

**R.** A evolução da União Europeia está associada à revolução mundial global, de cariz geopolítico, social, científico e económico, em curso desde os anos 70 do Século XX. Hoje, a União justifica-se no plano interno para o desenvolvimento europeu harmonioso e solidário e, externamente, na necessidade de garantir uma capacidade simultaneamente competitiva e de estabilidade mundial face aos blocos a Oeste e a Este, essencial para influenciar o desenvolvimento económico e social, e a paz no Mundo. Esta exigência maior irá ditar o futuro da Europa. Reconheçamos que o modelo da Europa social está seriamente abalado e que precisa de ser recuperado. Nesta conjuntura, extremos ideológicos unem-se na contestação. O Brexit poderá vencer e poderá haver um efeito de dominó de dimensão significativa, a vários níveis, desde logo na Escócia, na Irlanda do Norte e em regiões de Espanha. Mas, independentemente de um período de possível turbulência, o futuro da Europa será necessariamente de União.

### **54. 2016.06.26 - E agora Europa?**

E agora? Teremos um futuro que resulta do modelo democrático que adotamos e defendemos, em que o Povo pode mostrar o seu descontentamento e influenciar esse futuro. Independentemente da especificidade de cada caso, os Povos Europeus têm reagido pelo voto à incerteza e ameaça, ao desvio da Europa do seu desígnio social, ao domínio da política pela economia. É certo que os movimentos que por razões ideológicas sempre foram contra a essência do modelo da União estão a fazer o seu trabalho. Vemos extremos ideológicos a unirem-se, com o objetivo de forçar a desintegração. É a natureza da democracia que vivemos. Mas, independentemente de um período de turbulência, o futuro da Europa será necessariamente de União pela via reformista, por tantas razões, desde logo, no plano externo, para garantir uma capacidade simultaneamente competitiva e de estabilidade mundial face aos blocos a Oeste e a Este, essencial para influenciar o desenvolvimento económico e social, e promover a paz no Mundo.

**55. 2016.07.03 - Para além do feito desportivo, fazem bem a Portugal as vitórias da Seleção?**

Claro que fazem bem... controlando os limites. O futebol, de que sou adepto apaixonado, tem hoje uma dimensão política global, imensa, que deve ser explorada no bem e combatida no mal. É usado hoje, como nunca, em Portugal e no Mundo, como ópio para o Povo. Disso mesmo era Salazar criticado pela oposição. Mas, é verdadeiramente um desporto que une povos e culturas. Assisti ao jogo em Dili, no mítico Hotel Timor, na companhia de dezenas de colegas portugueses, angolanos, moçambicanos, brasileiros e timorenses, entre outros. Vi como todos vibraram! Poucos minutos após o chute do Quaresma, com o Sol do dia 1 a despontar timidamente, vi com emoção um cortejo imenso de timorenses, na avenida do Hotel, em automóveis, carrinhas, motas e motoretas, com dezenas de bandeiras de Portugal, a comemorar. Seremos capazes de controlar a exploração de sentimentos, de impedir que se iludam atrás do jogo os nossos problemas sociais e económicos? Temos que ser e assim sim, a vitória faz-nos muito bem.

**56. 2016.07.10 - Acredita que no campeonato das sanções vamos conseguir chegar à final sem penalizações?**

**R.** Já estamos a sofrer penalizações, tão simplesmente com uma pressão psicológica e um ambiente de apreensão que em nada beneficiam a confiança, valor essencial para o nosso crescimento económico, condição necessária para a melhoria da nossa qualidade de vida. Essa parece-me, aliás, ser a sanção do imediato, escolhida pelo núcleo duro Europeu. De facto, na atual conjuntura global de crise da União Europeia, sanções materiais diretas a um ou dois países não serão compreendidas, serão percebidas como injustas e terão com toda a probabilidade um efeito de boomerang de agravamento dessa crise global. Agora, e mais uma vez o escrevo, que as dificuldades europeias, a que se junta neste momento a euforia do futebol, não branqueiem, não escondam o muito trabalho de reforma material e cultural que temos a fazer, que é da nossa responsabilidade, para ultrapassarmos as barreiras que têm impedido a nossa convergência para os padrões de vida médios da importante União a que pertencemos.

**57. 2016.07.17 - Será que estamos condenados ao medo, com atentados como o de Nice?**

Não estamos condenados, nem devemos ter medo. Devemos em primeiro lugar reagir com muita firmeza, em defesa da vida, adotando todas as medidas de segurança interna que sejam necessárias. E temos que refletir racionalmente. Num Mundo Global em que culturas muito diversas se encontram e necessariamente têm que conviver em ambiente multicultural nas grandes metrópoles, estes atentados sobre a população civil representam atos de guerra contra o modelo social e político do Ocidente, perpetrados por grupos, tanto externos como residentes, que o rejeitam e que se aproveitam da bondade da sua interpretação dos valores da

liberdade e da dignidade humana. Tivemos recentemente Nice e Paris, mas não esqueçamos o massacre na Noruega há cinco anos. Temos que ser firmes na defesa da nossa cultura, nesse quadro multicultural. Partindo desta referência, temos que questionar a nossa permissividade interna, desde logo na forma como aceitamos no nosso quotidiano comportamentos impunes de desrespeito por princípios sociais e éticos elementares. Este resvalar de valores tem debilitado muito a confiança das populações no modelo político, tem alimentado os movimentos antidemocráticos e em limite tem-nos levado ao poder, mesmo através de coligações entre extremos ideológicos. Estão por aí, por todos estes países do ocidente, casos e nomes. Reflitamos, pois, sobre as causas e adotemos as necessárias medidas que as eliminem ou atenuem, em defesa da vida.

#### **58. 2016.07.24 - Os atentados podem fazer perigar um clima de guerra civil na Europa?**

**R.** Não creio, de todo, ser apropriado falar de clima de guerra civil na Europa, mas é claro que os atentados, com a dor que provocam, potenciam os extremismos e as radicalizações sociais já existentes por razões internas. A Europa não tem conseguido travar o distanciamento que se vem acentuando relativamente aos objetivos e, em particular, ao modelo social idealizados com a sua criação. Com a implosão do Bloco Soviético, referida à queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, e com a revolução digital, a economia liberal de mercado teve ‘via verde’ para florescer e dominar a política, com consequências negativas visíveis nas políticas europeias internas e externas. Este é terreno fértil para os avanços dos demagogos e dos populistas que encontram apoios públicos nos processos eleitorais. Os moderados são pressionados a encostarem-se aos extremos e isso, sim, é perigoso. A União Europeia terá que encontrar antídoto, o que fará pela educação, pela ciência e revisitando as origens.

#### **59. 2016.07.31 - O perdão de Bruxelas dura só até setembro?**

**R.** Não, vai durar bastante mais. Sobre este tema escrevi no dia 10 de julho passado que a pressão psicológica a que estivemos submetidos nos últimos tempos, e que se manterá, iria ser a sanção do imediato, escolhida pelo núcleo duro Europeu, entre outras razões pelo facto simples de que, na atual conjuntura global de crise da União Europeia, sanções materiais diretas a um ou dois países não seriam compreendidas, seriam percebidas como injustas e teriam com toda a probabilidade um efeito de boomerang de agravamento dessa crise global. Nesta linha de raciocínio, certamente que não teremos novas sanções em setembro, mas percebamos que iremos ter que tomar medidas internas de reforma material e cultural por nossa iniciativa, por razão da nossa visão e inteligência, não por razões externas indignas e ofensivas, se queremos ultrapassar as barreiras que têm impedido a nossa convergência para os padrões de vida médios da União a que pertencemos. E esse é o cerne da questão, há muitos anos. Temos que perguntar a nós próprios – sendo que somos um país desenvolvido à escala

mundial, porque é que não conseguimos convergir para padrões de qualidade de vida médios da Europa? Como tenho escrito, olhemos para a nossa organização coletiva, para a nossa governação pública e, principalmente, para a nossa permissividade social...

**60. 2016.08.07 - O que faz mais falta, regras apertadas para controlar políticos, ou bom senso?**

**R.** Há oito dias fechei a minha resposta à pergunta dominical, associando os nossos problemas de competitividade, no seio dos países desenvolvidos, a uma cultura prevalecente de permissividade social excessiva. A pergunta de hoje foi certamente inspirada pelos episódios dos convites para o Europeu que iluminaram a presente semana, é certo que com significado político real, mas amplificados pelos habituais jogos florais, mais uma vez incoerentes, entre partidos políticos. É esta cultura que está subjacente, como causa, a tais episódios. Deve ser debatida e combatida. Como? O bom senso deve ser obviamente a base dos códigos sociais de um povo civilizado, sem bom senso embutido não há código que funcione ou resulte, mas assentar a nossa vida no bom senso em abstrato não chega de forma alguma. Não se trata de criar regras apertadas, trata-se de promover uma cultura não permissiva... que não cresce espontaneamente, precisa de ser semeada e adubada com debate, textos... e gestos políticos.

**61. 2016.08.14 - Os incêndios têm culpados óbvios?**

**R.** Não têm. Estas catástrofes sociais e económicas ocorrem em todo o Mundo desenvolvido, tendo na sua génese naturezas diversas - fenómenos naturais, a mão humana ditada por interesses económicos, ações de loucos ou acidentes de verão. O problema reside em que a intensidade e consequências dos fenómenos estão associadas aos diferentes níveis de organização e desenvolvimento dos Povos. Entre nós, não é certamente por falta de estudos e de planos estratégicos para ordenamento e prevenção que não minimizamos os estragos. Temos que investir e atuar muito na organização, mas precisamos igualmente de promover a responsabilidade social das populações. Sejamos justos, a falta de ação pública, que tantas vezes se aponta, decorre muito da falta de aceitação ativa por parte das comunidades e dos proprietários de medidas preventivas que exigem apoio e alguma despesa. No sistema público é sempre muito difícil 'ter razão antes do tempo...'. Depois deste verão, existem condições políticas para atuação.

**62. 2016.08.21 - O dossier Caixa Geral de Depósitos pode afetar a coesão das forças de esquerda?**

**R.** No imediato não vai afetar porque as forças que apoiam o governo têm como objetivo a concretização das medidas constantes dos acordos. A discordância já manifestada publicamente relativamente à forma como o governo pretende conduzir o dossier, até poderá

ser usada politicamente para pressionarem o governo a aprofundar algumas dessas medidas. Além do mais, penso que essas forças não são favoráveis a este modelo de governação, interessante acrescento, que envolve, ou envolveria, personalidades tão relevantes e prestigiadas do mundo de negócios empresariais. Agora, o momento é obviamente muito preocupante: depois de termos visto o colapso de vários bancos que varreu dezenas de milhares de milhões de euros da nossa economia, temos o banco público numa enorme confusão, com facetas muito desprestigiantes, que afeta muito a base de funcionamento da banca – a confiança no modelo e nos intérpretes. Neste clima, o dossier terá que ser muito bem explicado a todos os Portugueses.

**63. 2016.08.28 - A fraude nos estágios é mais um sintoma de desvalorização do trabalho dos jovens?**

**R.** Há indícios de fraudes, mas não entendo que eventuais ocorrências sejam sintoma de uma cultura de desvalorização do trabalho dos jovens. A existirem, serão principalmente, como noutras áreas, o resultado de um sentimento de impunidade de prevaricadores, a que não é alheia a cultura prevalecente de permissividade social. Sendo um problema grave e delicado, importa não nos precipitarmos com comentários que induzam a que se tome indevidamente a parte pelo todo, isto é que amplifiquem a dimensão, atingindo de forma injusta os que cumprem. Outra coisa é percebermos a pressão a que os jovens estagiários podem estar sujeitos para não denunciarem os seus casos específicos, face à enorme crise de falta de trabalho que vivemos. Neste contexto, a bem da justiça para com os jovens e a bem da dignificação das instituições públicas, exige-se às instituições responsáveis que promovam a sua audição, que investiguem de forma célere toda a matéria de facto e que atuem caso a caso de forma firme.

**64. 2016.09.04 - Justifica-se repensar o financiamento dos partidos e a remuneração dos políticos?**

**R.** Sendo dois temas diferentes, em qualquer dos casos justifica-se plenamente o seu repensar. Refletem problemas de há muito identificados, mas que se vão mantendo por falta de interesse, capacidade e/ou coragem política para os resolver e porque vão sendo ultrapassados de várias formas negativas, beneficiando do ambiente da permissividade social que nos caracteriza. Sobre o financiamento dos partidos, basta ler o que dizem ou reconhecem os seus próprios membros ativos. A situação atual é penalizante para o prestígio do regime. As mudanças necessárias devem começar com algo de simples - cumprir de forma séria a lei existente... o que não parece ocorrer. Relativamente ao quadro remuneratório dos políticos, três notas: (i) os cargos públicos políticos são genuína e inaceitavelmente mal pagos e tal tem que ser revisto; (ii) deve haver um mecanismo de subvenções compensatórias de reintegração, não vitalícias; (iii) os ex-Presidentes da República merecem obviamente um tratamento de exceção.

**65. 2016.09.11 - Que balanço faz dos seis meses do mandato do Presidente?**

**R.** Faço um balanço positivo, sem dúvida. Creio que todos reconhecemos ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa uma imensa inteligência, cultura, capacidade de comunicação, percepção do humano e perspicácia política. Está neste momento a promover a autoestima e a confiança dos Portugueses, a esperança num futuro melhor, mais justo. Está também, percebamos, a fortalecer a sua força política para que possa ser determinante na ação próxima, face a potenciais tempestades. Ora, acabou de lançar o mote do amanhã: ‘Finanças controladas. Agora é preciso crescer’. Isto significa ‘Orçamento para 2017’ e medidas para relançar a economia. A sua ação política mediadora vai ser vital, no equilíbrio necessário entre solidariedade social e sustentabilidade nacional. Um equilíbrio possível, mas certamente difícil. Enfim, usando termos da matemática, o que o Presidente muito bem tem feito é ‘condição necessária, mas não suficiente’ para esse futuro melhor... viável com a contribuição de todos, digo eu.

**66. 2016.09.18 - O novo imposto sobre o património é uma medida de justiça ou uma necessidade orçamental?**

**R.** O Governo está a negociar com o BE e com o PC a inclusão deste tipo de imposto no OE 2017. No essencial, pouco se sabe. Paira no ar e nos media uma enorme nuvem de incertezas, responsável por uma não menor onda especulativa sobre a dimensão e alcance do que irá ser aprovado. Neste ambiente incerto não se entende a medida de justiça, nem a necessidade orçamental, surgindo a motivação deste imposto marcada pelo selo ideológico. A realidade é que esta instabilidade fiscal e social congela a confiança e com ela o investimento interno e externo, o oposto do que a nossa economia tanto precisa. Noutra perspectiva, para mim o verdadeiro problema, estamos mais uma vez perante uma fuga para a frente. Face a uma continuada incapacidade e permissividade coletiva, dos governos, mas também da sociedade, de travarmos uma avassaladora fuga ao fisco, avaliada em milhares de milhões de euros, aumenta-se a carga fiscal. Depois do IMI, agora a taxa sobre património. Uma trajetória em espiral, preversa.

**67. 2016.09.25 - Há vida para além do défice?**

**R.** Se queremos convergir para os níveis de qualidade que se observam nos países europeus mais desenvolvidos, objetivo que há tantos anos perseguimos sem sucesso, não há vida para além do défice. O défice orçamental é a diferença entre receitas e despesas. Ninguém, estado, instituições ou pessoas, consegue criar e distribuir riqueza, ou simplesmente viver, com défice continuado. Outra questão é – como controla-lo? Certamente que aumentando a receita e reduzindo racionalmente a despesa pública. Os impostos são decisivos para a receita, mas o caminho tem que ser o de alargar a base de contribuição, quiçá reduzir impostos, e não o de fugir para a frente com novos impostos na medida da nossa incapacidade em combater a



fraude. Sobre a despesa, percebamos que temos que inverter a tendência da dívida bruta das administrações públicas, que, em percentagem do PIB, foi de 59,5% em 1996, cresceu para 96,1% em 2010 e para 129% em 2015. No respeito pelo modelo social europeu, o governo tem que agir.

**68. 2016.10.02 - O Presidente fez bem em vetar a lei do acesso do fisco a contas bancárias?**

**R.** Fez bem, particularmente com os argumentos finamente tricotados relativamente à ‘inoportunidade política’. Este é um tema que tem tanto de relevante, como de sensível. Está em jogo um equilíbrio muito difícil entre a situação financeira, a situação económica e a situação social. Um equilíbrio entre a criação de condições de confiança, num momento em que o investimento é crucial e em que vivemos um ambiente de aumentos de impostos em dimensão pouco clara, e a necessidade (financeira e social) de nos empenharmos no combate à fraude fiscal, no que a informação bancária é de grande relevância. Esta proposta de abertura, quase total, do sigilo, associada ao risco de uso abusivo da informação por terceiras partes, poderá abalar a confiança dos cidadãos e desta forma comprometer a nossa recuperação. De onde, deverá o governo melhorar a formulação, promovendo a agilização real do levantamento do sigilo nos casos necessários, mas com mecanismos claros de defesa da privacidade dos cidadãos.

**69. 2016.10.09 - Considera que o perdão fiscal pode suscitar sentimentos de injustiça nos contribuintes cumpridores?**

**R.** Pode, mas este perdão fiscal suscita-me principalmente preocupação no que transmite da permissividade da nossa cultura, da nossa governação e do nosso regime jurídico-fiscal, fragilidade que está na base do acumular das fugas fiscais e da necessidade destes perdões, e que acaba por igualmente estar associada a esta espiral de aumento de impostos... sentida pelos que pagam. Este tema dos impostos é, aliás, muito bem analisado, em dois textos publicados ontem, dia 8 de outubro: o editorial do JN, assinado por Domingos Andrade, e a crónica de Miguel Sousa Tavares no Expresso. De resto, esta medida representa *realpolitik*, uma medida que o governo já criticou em outros e que outros, que a tomaram no passado, criticam agora. Seremos capazes de mudar substantivamente esta forma de governar? Nesta ocasião, e para prevenir o futuro, faço votos para que não haja ‘amnistia’ de delitos fiscais e de trânsito, com que alguns já ‘estarão a contar’, aquando da visita do Papa Francisco em 2017!

**70. 2016.10.16 - Os Portugueses ficam a ganhar ou perder com este orçamento?**

**R.** O orçamento indicia que ‘alguns’ portugueses ‘irão deixar de continuar a perder’. Há, de facto, uma previsão de recuo global de austeridade de cerca de 450 milhões de euros e de diminuição de desemprego em 1 ponto percentual. Mas, porquê só ‘alguns’? Porque esta

redução tem a contrapartida de mais um aumento de impostos que atinge largamente a classe média, para quem a austeridade não diminuirá. Esta é a realidade. Ora, o objetivo prioritário a que o orçamento deve dar resposta é o do crescimento económico sustentado que permita políticas sociais de bem-estar e afaste o espectro de um novo resgate. Tal exige investimento, privado e público. Atrair o primeiro requer políticas fiscais racionais e estáveis. Concretizar o segundo exige libertar verbas públicas, o que levanta a eterna questão da reforma da organização e do governo do sistema público, que defenda a qualidade do serviço público num quadro de redução de despesa. Aguardo, expectante, a próxima discussão parlamentar.

**71. 2016.10.23 - Acha que a oposição revela dificuldades em desempenhar o seu papel?**

**R.** Tem revelado, por razões facilmente entendíveis. Decorrido ainda menos de um ano de mudança de governo, num quadro restritivo de espaço de ação de oposição, face ao histórico político recente, o PSD e o CSD adotaram uma estratégia de esperar, na expectativa da derrota das propostas do governo junto da Comissão Europeia. A este quadro juntou-se a ação do Senhor Presidente da República, que, com um magistério de influência notavelmente arguto e sensato de apoio crítico ao governo, em favor da estabilidade governativa, tirou ainda mais espaço a essa oposição. O que se espera no futuro? A reprovação europeia não ocorreu e o governo tem conseguido ‘não piorar’ a situação dos portugueses, mas continuamos com uma situação económica débil, a austeridade vai continuar forte em 2017 e nessa medida mantem-se o braço de ferro dentro do arco da governação. Precisa-se de uma oposição ativa, mas por ainda algum tempo a dimensão do seu espaço de ação dependerá muito do sucesso da ação do governo.

**72. 2016.10.30 - O dossier CGD está a ser mal gerido pelo Governo ou há aproveitamento político neste caso?**

**R.** Refiro-me ao tema recente da legislação aprovada para viabilizar o quadro remuneratório dos órgãos de governo da CGD. A questão é política e não de gestão. Certamente que levanta enormes e óbvias preocupações de cidadania e políticas. Desde logo porque leis de exceção levantam sempre preocupações grandes. Depois, porque acentua a perceção negativa do ‘público’ relativamente ao ‘privado’. Claro que não será viável que uma equipa de gestão da CGD vá ganhar o que ganham o presidente da república, ou os ministros, ou os presidentes de câmara, ou os reitores (já agora), todos eles menos que diretores de segunda linha da banca! Agora, como diz o ditado, ‘nem oito, nem oitenta’. Os milhões que estão em cima da mesa, porque é toda uma equipa, são obviamente excessivos e incompreensíveis, qualquer que seja a argumentação, face à conjuntura económica e social e ao imenso esforço dos que pagam impostos. Falta força para impor bom senso. São tempos de ‘azia’ para os lados do arco da governação!

**73. 2016.11.06 - A campanha eleitoral nos EUA revela sinais de preocupação para as democracias?**

**R.** Mais do que preocupação, esta campanha suscita-me reflexão para interpretar os sinais claros que se têm vindo a acumular relativamente às dificuldades do Mundo Ocidental em lidar com as consequências do seu próprio modelo de desenvolvimento e crescimento. Esta campanha distingue-se pela violência e baixeza da discussão política, e pela sujidade de procedimentos, de que é paradigmática a guerra informática de injeção automática de milhões de mensagens forjadas para manipular as opiniões. É claro que a referência negativa é Donald Trump, sobre quem já se esgotaram nos media os adjetivos relativamente ao que representa. Estamos perante excessos de todo o tipo, não imagináveis há não muitos anos, mas percebamos que este é um fenómeno do Ocidente e não somente dos EUA. Temos na Europa, a todos os níveis, políticos e institucionais, vários ‘pequenos Trumps’. São tempos de um Mundo Global, a que, estou certo, o nosso modelo democrático e os nossos valores sociais vão dar resposta.

**74. 2016.11.13 - A eleição de Trump vai alterar o papel dos EUA no Mundo?**

**R.** Certamente que vai, numa dimensão que estará relacionada com a capacidade dos Povos resistirem a uma deriva que pode representar um retrocesso imenso para a Humanidade. Percebamos a mensagem acumulada no Ocidente ao longo de tempos recentes: 1) cresce o aparecimento de “Trump’s”, um pouco por todo o lado, essencialmente como reação das populações ao desconforto motivado pela incapacidade do modelo político vigente de se adaptar e responder às exigências e expectativas sociais, particularmente pela forma como a política se vem subordinando à economia desde a queda do Muro de Berlim em 1989; 2) o centro-direita e o centro-esquerda políticos estão a deixar-se centrifugar para os extremos, criando uma dicotomia que só favorece esta trajetória de regressão social. Esta mensagem representa um apelo e um aviso à classe política, num sistema que sendo mau, é o menos mau, que gerou um resultado que muitos consideramos mau, mas que deposita nas nossas mãos a capacidade de alterar a trajetória.

**75. 2016.11.20 - Os resultados da economia no último trimestre são episódicos ou um sinal de otimismo sustentado?**

**R.** Não é com um eletrocardiograma instantâneo que se garante que o nosso coração está em bom estado, mas é bom que esse eletrocardiograma não transmita indicadores negativos. A saúde instantânea da nossa economia sugere melhoras que se aplaudem, mas os sinais são igualmente claros de que temos que manter um controlo firme desse nosso estado de ‘saúde’. Um de muitos exemplos é o dos indicadores da dívida da administração pública: menos de 60% do PIB em 1995, mais de 100% em 2010, cerca de 130% em 2015. Não chega parecer que estabilizou. Tem que regredir. Temos então um quadro não negativo, relativamente ao passado

recente, mas que exige muitos cuidados para não cairmos nos ‘cuidados intensivos’. Não tenhamos ilusões. O governo terá que manter políticas públicas necessariamente firmes, percebidas num binómio indissociável ‘economia-coesão social’, mas com uma relação simples ‘despesa-receita públicas’ que tem que controlar... para o que governação pública firme e flexível é necessária.

**76. 2016.11.27 - Olhando os resultados da última sondagem do JN [publicada hoje] acha que os portugueses fizeram as pazes com os políticos?**

**R.** Não retiro conclusões de ‘fazer ou não fazer as pazes’ relativamente às sondagens publicadas. Os políticos são parte do Povo, o poder político emana do Povo e o modelo político em que vivemos, genericamente o modelo ocidental, é o único que encerra capacidade de regeneração reformista, que mantem abertas janelas de esperança. As sondagens e os resultados nas urnas, são formas do Povo falar dos afetos e desafetos que vai sentindo relativamente a quem representa o poder, das preocupações relativamente ao rumo social e económico. Dito isso, é claro que temos que reconhecer os imensos sinais de desconforto que as sociedades ocidentais, na sua diversidade, continuam a dar relativamente ao rumo, sem controlo e permissivo, do modelo económico e social dominante. As reações estão a conduzir, um pouco por todo o lado, a lideranças de governação quiçá inesperadas e para muitos indesejáveis. Mas, são o Povo a falar e espera-se neste modelo político que a fala do Povo produza efeitos no Poder.

**77. 2016.12.04 - Os nomes conhecidos para liderar a CGD oferecem garantias de estabilidade no banco público?**

**R.** Esta liderança da CGD, com o Dr. Paulo Macedo como presidente executivo e o Dr. Rui Vilar como presidente não-executivo, representa a maior garantia possível para assegurar que a CGD seja um fator determinante do nosso desenvolvimento económico e social. São duas personalidades em quem se reconhecem não só conhecimento e experiência políticos e funcionais para estes cargos, como também, e principalmente, integridade, sentido de serviço público e independência política. Transmitem confiança. Se vão ter o sucesso de que Portugal necessita, essa é outra questão, tantos são os fatores externos de que tal depende. No plano político é igualmente uma solução muito interessante, com uma mensagem para o mercado, para a sociedade. É de alguma forma uma garantia de que não se repetirá o passado de desgoverno que conduziu a um prejuízo com que a CGD vai fechar 2016, estimado entre 2 e 3 mil milhões de euros, que todos vamos pagar. Um passado que não deve ser esquecido e muito menos branqueado.

**78. 2016.12.11 - Os resultados do estudo PISA são de molde a considerar que a educação é uma paixão conquistada?**

**R.** O PISA (Programme for International Student Assessment) é um exercício de avaliação relativa da capacidade de jovens de 15 anos aplicarem as suas competências de Leitura, Matemática ou Ciências na resolução de situações relacionadas com o dia a dia. Não devemos extrair ilações precipitadas de um só ano, muito menos falar de conquistas, mas é obviamente positivo que os indicadores tenham melhorado de forma significativa relativamente aos exercícios de 2012 e de 2009. Nesses anos e nas 3 áreas de análise a média dos resultados dos nossos estudantes foi inferior à média dos estudantes dos países da OCDE. Em 2015, nas 3 áreas, foi superior. O PISA é importante, é bom sinal. Razões desta subida? Sem especular, desde logo pela questão básica de não nos faltar qualidade humana, mas também pela adoção de políticas de rigor, no passado recente e consistentemente com governos de cores distintas, na exigência de um maior comprometimento com o sucesso escolar por parte de todos os atores.

**79. 2016.12.18 - Os rankings são um modelo a ter em conta na avaliação das escolas?**

**R.** São. Os rankings estão associados e são uma consequência de um exercício fundamental que felizmente se vem desenvolvendo na nossa sociedade para a melhoria do sistema educativo – a avaliação de qualidade baseada na recolha de dados e no seu tratamento nos planos académico, social e económico. Devemos promover essa avaliação, com duas condições simples: que sejam devidamente enquadradas nos contextos e livres de dogmas ideológicos. Riscos de maus usos, naturalmente que há. Compete-nos combater esses riscos, como aliás se percebe que está a acontecer: reconheçamos e saudemos a grande melhoria da qualidade da análise que especialistas nesta área, nomeadamente, mas não só, da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e do Instituto de Avaliação Educativa, têm vindo a propor. A introdução de fatores de contexto socioeconómico e de um indicador associado ao sucesso dos percursos dos estudantes são dois bons exemplos desse progresso. Enfrentemos, sem receios, as realidades do País.

**80. 2016.12.25 - Que presentes daria ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República?**

**R.** Escolhas difíceis e delicadas, dentro de várias alternativas. Acabei por decidir que escolheria presentes que pudessem ajudar o Senhor Presidente e o Senhor Primeiro Ministro em dois dos grandes designios das suas missões - o desenvolvimento económico e social de Portugal e a essencial estabilidade de uma Europa a passar por grandes dificuldades. Para o Senhor Primeiro Ministro, pensando na relevância do sistema público, ofereceria um livro, um "Tratado sobre governação eficaz e desburocratizada da coisa pública – como saltar da teoria

para a prática’. Reconheço que teria que pesquisar muito para encontrar tal presente. Ao Senhor Presidente ofereceria algo de mais viável e agradável, uma viagem a Viena para assistir ao Concerto de Ano Novo pela Filarmónica de Viena, pensando que poderia usar o momento cultural, no coração da Europa, para promover a regeneração dos valores sociais europeus em que assentou o progresso europeu nos 40 anos do pós-guerra, até à queda do Muro de Berlim.

#### **81. 2017.01.01 - Um desejo para o Mundo e um desejo para o País em 2017**

**R.** Para o Mundo, desejo um entendimento dos grandes responsáveis pela geopolítica mundial que ponha fim aos massacres das guerras do Médio Oriente, neste novo quadro de disputa de poder no espaço mundial, de facto sucessor da guerra-fria dos anos 50 a 80 do século passado. Um entendimento necessário para a resolução do drama dos ‘desesperados’ no mar mediterrâneo e nos mares do sudoeste asiático. Um entendimento em que uma Europa desunida pouca palavra terá. Para Portugal, desejo o desenvolvimento socialmente responsável da economia de um país com imenso potencial não aproveitado, um país atrativo no plano internacional, o ‘País que todos vão visitar em 2017’, um país com uma juventude educada como nunca antes, por forma a mudar o quadro que vivemos de pobreza europeia, que se reflete em mais de 12% da população ativa desempregada e em mais de 500.000 mil empregos com salário mínimo. Uma reforma em organização e disciplina coletiva e em responsabilidade social que continua por fazer.

#### **82. 2017.01.08 - Qual a importância de Mário Soares para o País?**

**R.** Não cabe neste espaço. É, pois, uma resposta incompleta e banal, mais do que qualquer outra que escrevi nestes anos, face à sua dimensão e ao que tantos outros já escreveram e vão escrever. Deixa um legado extraordinário de exemplo e coragem na luta pela democracia e liberdade, na luta pela promoção dos valores da Europa social e pelos Direitos Humanos. Escolho três traços dominantes: i) a sua oposição à ditadura de Salazar, que o levou à prisão e ao exílio; ii) a sua liderança decisiva, em 1974-1975, na luta pela democracia plural, que teve o primeiro epicentro de grande mobilização popular no comício do Estádio das Antas, em 18 de julho de 1975, com dezenas de milhar de participantes, que derrubaram uma fortíssima barreira de várias forças unidas contra a realização desse comício; foi o início de uma viragem no curso do processo democrático, consolidada no 25 de novembro de 1975; (iii) o seu contributo decisivo para o projeto Europeu de Portugal, que culminou na assinatura do tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia, em 12 de junho de 1985. Fica na memória o debate absolutamente histórico com Álvaro Cunhal, em 6 de novembro de 1975 – ‘Olhe que não Doutor, olhe que não!’.

**83. 2017.01.15 - Novo Banco - Nacionalização? Venda? Qual a melhor forma de minorar os custos para os contribuintes?**

**R.** Neste momento é infelizmente claro que não há ‘melhor forma’. Terá que se encontrar a forma ‘menos má’, para não dizer a ‘menos péssima’. Este processo está contaminado pelas incertezas do sistema financeiro. Os concorrentes à aquisição do banco poderão estar a *fazer bluff*, para baixar o valor de venda, mas as suas exigências de garantias indicam a existência de imparidades por contabilizar. Se as há, em que dimensão? Deverá ser privilegiada uma solução que tenha em consideração a relevância atual do banco para as empresas, para o financiamento da economia, que represente um instrumento para apoio ao investimento e às exportações. A venda para desmembramento e revenda a retalho que a proposta de um dos concorrentes sugere, parece-me ter um potencial gravoso excessivo. A nacionalização com objetivo de estabilização e de subsequente alienação pode ser a solução mais interessante, assim se consiga o acordo da Comissão Europeia no intrincado quadro de jurisprudência financeira europeia.

**84. 2017.01.22 - O que augura o discurso de posse de Donald Trump?**

**R.** Obviamente que nada de bom, no que potencia de aumento da instabilidade na Europa e no Mundo. Enfrentemos, pois, os factos no contexto global: Donald Trump foi eleito pelo voto popular; um pouco por todo o Ocidente, estamos a assistir a uma vaga de voto de protesto que está a eleger políticos populistas, que há não muitos anos se situavam nas franjas dos pensamentos políticos e sociais, com uma base popular limitada. E é esse fenómeno que temos que perceber. Com cambiantes diversos de país para país, convergem sentimentos de insegurança e reação popular a políticas públicas que têm conduzido a desigualdades sociais e económicas crescentes, em ambientes generalizados de instabilidade e insegurança laboral. Acresce o total falhanço da regulação do sistema financeiro, com todas as consequências visíveis. Temos que, com coragem e determinação, usar a capacidade de regeneração reformista do nosso modelo democrático para inverter esta tendência tão negativa do presente ciclo existencial.

**85. 2017.01.29 - Precisamos de uma Sociedade Civil mais interventiva para evitar casos como o Alexandre Herculano?**

**R.** A Sociedade Civil precisa de ser interventiva. A capacidade de um Povo promover e defender causas e valores reflete o seu grau de desenvolvimento cultural e está diretamente associada ao seu bem-estar. Neste caso da Escola Alexandre Herculano confluem duas ordens de razões na base do movimento iniciado para alertar e pressionar as autoridades no sentido da intervenção no edificado: primeiro, porque falamos de instalações escolares em elevadíssimo grau de degradação, sendo claro que a qualidade das instalações é fundamental para o desempenho escolar; depois, porque se trata de património com memória, de interesse

público, desenhado pelo arquiteto mais importante do Porto do primeiro quartel do século XX, José Marques da Silva. Mais uma vez não foi possível ação preventiva. Resta-nos suscitar ação reativa eficaz, prioritariamente do governo, através dos seus instrumentos de ação, mas também da autarquia, que responda às exigências da educação dos jovens e da preservação do património.

**86. 2017.02.05 - A despenalização da eutanásia deve ser decidida no Parlamento ou referendada?**

**R.** Só favoreço referendos sobre temas em que se consiga identificar uma pergunta muito clara, o que normalmente é difícil, porque a vida não é binária. Ademais, nos referendos, como nas leis, temos que pensar nas portas que abrem e no seu uso perverso. Veja-se o referendo de 1933 que legitimou Salazar. No plano da nossa democracia cabe ao Parlamento aprovar legislação sobre quadros de referência, mas, em temas fraturantes, entendo que o Parlamento só tem o direito de o fazer na medida em que os partidos tenham explicitado as suas intenções sobre esses temas nos seus programas eleitorais. A possibilidade da morte assistida é um tema profundamente complexo e fraturante, no que envolve do íntimo de cada um, dos valores da vida, dos receios, das convicções religiosas e dos dogmas. Penso que, por isso mesmo, o debate alargado, sereno e sem tabus é necessário. Entendo que há espaço para legislar, mas em tempo certo e com o Povo informado das intenções daqueles que elegeram com o seu voto.

**87. 2017.02.12 - O ministro das Finanças mantém plenas condições para o cargo?**

**R.** Mais do que dizer se mantém condições plenas, respondo que o ministro se deve manter no cargo. A saída de um ministro das finanças é grave. Só deveria realmente ocorrer por razões de graves erros políticos, ou de episódios negativos de afrontamentos culturais ou de caráter. Parece claro que não é este o caso. Iludir o complicado problema da CGD com a saída do ministro só agravaria a situação muito difícil, nisto que ninguém se iluda, que estamos a viver. Outra questão é dizer, como o mencionei na crónica que publiquei a 1 de novembro de 2016, que no plano jurídico deveria haver racionalismo político e jurídico de gestão da diversidade pública, que desse os devidos enquadramentos diferentes a entidades como a CGD, as Universidades ou as Autarquias. Nesse ordenamento caberia por exemplo o delicado problema político do quadro remuneratório dos gestores, manifestamente excessivo, diria que ofensivo, sob muitos critérios de apreciação. Mas estas não são questões específicas do Ministro.

**88. 2017.02.19 - O caso dos sms sobre a CGD simboliza o fim do namoro entre Marcelo e Costa?**

**R.** Não creio, não espero e não desejo que a coabitação institucional solidária entre o Presidente da República e o Primeiro-ministro, a que temos assistido, termine. O tema da



polémica é na sua essência de terceiro nível de relevância para o nosso futuro. Importa sim que governo e oposição se entendam e revejam o problema subjacente a esta truca - o desadequado ordenamento jurídico da gestão das grandes instituições públicas com que vivemos, notando que a gestão pública não se conforma, nos dias competitivos de hoje, com o quadro monolítico prevalecente. Diferente é dizer que esquecemos o assunto. Não. Este é um episódio da nossa vida política que deixa mal todos os atores com assento parlamentar, na imensa incoerência comportamental e ideológica que de forma gritante se nota transversalmente nos argumentos e nas posições políticas. Sobee com isto a desilusão do Povo para com os políticos. Faz-se chão fértil para soluções populistas e extremistas, como as que poluem atualmente o Mundo.

**89. 2017.02.26 - O Presidente tem razão em pedir aos políticos que não perturbem a banca com querelas táticas’?**

**R.** Tem, claramente. As ‘querelas táticas’ são negativas em muitas áreas, mas são-no particularmente no sistema bancário. O sistema financeiro precisa de estabilidade. Já chega, pois, de ruído neste tema específico, que aliás é percebido como tema menor pelos Portugueses. Mas, associadas à banca, há outras questões a resolver necessariamente no futuro próximo. Desde logo as falhas ruinosas da regulação, que têm de ser discutidas sem aproveitamentos políticos e resolvidas. Depois, o problema das limitações funcionais do quadro jurídico em que as grandes instituições públicas se têm que mover, particularmente grave para as que estão em forte competição com o sector privado e a nível internacional. Portugal precisa muito de um sistema público forte, naturalmente que com o correspondente código genético social de serviço público, mas obrigatoriamente racional e eficiente. Não o temos, nem parece que o consigamos ter, por paradoxal que pareça, com o atual arco de governação. E basta de banca!

**90. 2017.03.05 - As audições parlamentares foram esclarecedoras sobre o que se passou no caso das offshore’?**

**R.** Não foram esclarecedoras, como nunca foram esclarecidas fugas continuadas ao longo dos anos, ou debatidas seriamente as razões do crescimento do endividamento público que se observou entre 1996 e 2010. Esses temas interligados são prelúdios do colapso do nosso sistema financeiro, em 2011. Mas, o problema não é ‘esclarecer’, é ‘estancar’. É verdade que no sistema ocidental, feito de poderosas liberdades e garantias fundamentais, uma forma de pressionar a regulação é publicar a informação. Mas, ‘não publicar’, não justifica falhar em exercer o controlo, ou falhar em desenvolver e concretizar políticas públicas à medida das exigências competitivas dos nossos tempos, desde logo políticas de promoção da racionalização dos nossos recursos e de combate ao incumprimento das nossas obrigações para com a sociedade. Para o ‘povo’ com menos literacia politico-financeira, em que me incluo, há,

pois, que esclarecer sem ‘jogos políticos’, pois há muita coisa que obviamente não se entende bem...

**91. 2017.03.12 - Concorda com a criação de uma estrutura de supervisão acima do Banco de Portugal?**

**R.** Parece-me que tem bem mais ‘cons’ do que ‘prós’: o problema está para lá da atual estrutura; no plano político, uma interpretação óbvia é que esta medida visa criar pressão para que o Governador se demita face ao estatuto de independência de que goza e consequentemente à grande dificuldade política em demiti-lo; ainda, é bem claro que alguns setores pretendem atingir objetivos políticos de outra dimensão. Coisa diferente é estar satisfeito com a situação. Nos últimos 14 meses exprimi por 9 vezes nas páginas do JN a minha grande preocupação crítica relativamente à incapacidade das estruturas de supervisão detetarem estas irregularidades colossais que atingem a essência da nossa existência como Povo Ocidental desenvolvido. Mas, percebe-se que esta disfunção interna ultrapassa em muito o Banco de Portugal. Combata-se o concreto das fraudes e a permissividade social que as alimenta, por difícil que esse combate seja, particularmente face a um sistema de justiça que em nada o facilita.

**92. 2017.03.19 - A PGR faz bem ou mal em estender os prazos da operação Marquês?**

**R.** Numa perceção de cidadania, penso que esteve bem, fez o que devia fazer. Os processos que envolvem ‘poderosos’ têm estas ‘vicissitudes’. Assim foi com o processo Casa Pia, que se estendeu por 8 penosos anos. Neste caso concreto, independentemente de juízos sobre inocência ou culpa: aprecie-se a dimensão e variedade dos expedientes legais, na prática dilatórios, usados pela defesa; aprecie-se o uso dos media, projetando acusações sobre a legalidade na condução dos processos; apreciem-se as explicações sobre vários dos factos, ofensivas da nossa inteligência. Estes processos põem a nú as limitações do nosso edifício jurídico, alimentam a perceção de uma justiça desigual, promovem a permissividade social. O Estado de Direito é a maior conquista do Ocidente e a sua qualidade está diretamente associada ao nível de desenvolvimento de um Povo. Projetem-se estas fragilidades nos milhares de processos do nosso quotidiano. Percebam-se as razões do nosso subdesenvolvimento relativo na Europa.

**93. 2017.03.26 - Concorda com o reforço de vigilância às comunicações para prevenção do terrorismo?**

**R.** É uma inevitabilidade que está em curso no Ocidente, de forma gradual, há muitos anos. A vigilância às comunicações intensificou-se particularmente a partir dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e subsequentemente da sucessão de ataques

no coração da Europa a partir de 2004. Mas, falando do reforço dessa vigilância para combate a crimes, devemos estender esse reforço aos crimes de ‘colarinho branco’ que têm devastado as nossas economias e causado sofrimento tremendo a milhões de pessoas. É claro que há uma discussão social no quadro desse valor maior que é o dos direitos humanos. O direito à privacidade é um direito fundamental, por várias razões incluindo por ser uma barreira contra a chantagem que ficaria sem limites. Mas, contrapõe-se a defesa da vida e a defesa da sociedade contra os que delapidam o património comum. Com o devido controlo, favoreço que os serviços de segurança e a justiça possam reforçar estes meios na luta contra a destruição.

**94. 2017.04.02 - Os contribuintes podem ficar descansados com a venda do Novo Banco?**

**R.** É claro que vamos todos pagar mais uma fatura pesadíssima, a acrescentar às do BANIF, do BPN e da Caixa. Basta ler os notáveis artigos analíticos publicados este fim de semana, praticamente por toda a imprensa. A solução que se desenha parece ser a ‘menos péssima’ num espetro que inclui a nacionalização ou a liquidação, pensando na relevância atual do banco para as empresas, como instrumento para apoio ao investimento e às exportações. Mas, persiste um ‘Banco Mau’ dentro do Novo Banco, como a exigência de o Fundo de Resolução manter 25% do capital e as correspondentes responsabilidades futuras, com direitos muito mitigados de intervenção na gestão, o indicia. Os investidores ‘voluntários à força’ de ‘empréstimos quase perpétuos’ vão acionar mecanismos de custos bancários como forma de serem ressarcidos. A economia vai pagar. Haja coragem: reconheça-se formalmente que estamos perante um desastre absoluto que afeta a vida de milhões de pessoas; atue-se, na medida da gravidade do momento.

**95. 2017.04.09 - Violência sobre os árbitros é sintoma de que dedicamos uma atenção excessiva ao futebol?**

**R.** Não. A atenção ao futebol é excessiva, mas não explica a violência, que tem raízes socioculturais diversas. Outra questão é o conteúdo dessa ‘atenção’ nos media, principalmente sob a forma de programas televisivos, que, de forma generalizada, em nada ajuda na luta contra esses abusos intoleráveis. Neste particular do futebol, as linhas editoriais dos media britânicos são exemplares: tratamento igual de todos os clubes em competição; defesa intransigente do respeito pelo árbitro, analisando, mas nunca empolando os seus erros; tolerância zero contra métodos de pressionar os árbitros; luta total contra o anti-jogo dentro do campo. Os nossos canais televisivos deveriam alterar radicalmente, 180 graus, as linhas editoriais e correspondentes conteúdos de muitos dos seus programas, os quais representam, nos formatos atuais, uma ‘lavagem ao cérebro’ dos portugueses nas mensagens subliminares que transmitem, de que ‘a culpa é do árbitro’ e ‘vale tudo para ganhar’... com consequências óbvias.

**96. 2017.04.16 - A meta de 1% de déficit em 2018 é conciliável com as exigências da Esquerda?**

**R.** Há (pelo menos) três concepções de organização política, social e económica que poderemos considerar serem de esquerda. Falando da esquerda que teve um papel fundamental na consolidação da nossa democracia, a meta de 1% para o déficit, que parecia inviável há bem pouco tempo, é muito inspiradora. A questão fundamental é, no entanto, outra. Prende-se com as políticas de desenvolvimento necessárias para melhorarmos a nossa qualidade de vida. A diminuição do déficit tem sido conseguida com uma redução muito grande da despesa pública, não através das remunerações, o que tem transmitido uma ilusão de fim de austeridade, mas através dos cortes (cativações) em investimento e em contratação de fornecimentos e serviços externos. Ora, esta política de redução da despesa sem modernização pública real arrisca-se a resultar numa estagnação do desenvolvimento. Sendo este o caminho a seguir, o problema é que a necessária reforma pública não é do agrado, nem das outras esquerdas, nem da direita conservadora.

**97. 2017.04.23 - O mais recente atentado terrorista em Paris pode influenciar o resultado das eleições de hoje em França?**

**R.** Pode e vai influenciar a votação, mas é difícil quantificar essa influência. Na base do voto de protesto que vamos sentindo no Ocidente estarão os atentados, mas está principalmente a saturação e o desencanto dos cidadãos face às políticas atuais que destroem o modelo orgânico e social em que se baseou o desenvolvimento Europeu do pós-guerra. Os atentados visam provocar a sua implosão, através do fortalecimento, pelo voto, dos grupos extremos do espectro ideológico Europeu, que o rejeitam. A esperança está no bem conhecido princípio da ‘ação-reação’. Os Europeus sentem hoje os problemas – as dificuldades de diálogo civilizacional, a permissividade económica, a insegurança laboral e social, a insegurança de vidas. Vivem um momento de procura ativa de correção de políticas, tendo a memória de que este modelo imperfeito promoveu a paz e desenvolveu a Europa em dimensão nunca antes alcançada. A Europa enfrentará com sucesso o ataque à sua desagregação, para bem do desenvolvimento dos seus Povos.

**98. 2017.04.30 - Justifica-se a tolerância de ponto dada pelo Governo para o dia 12 de maio?**

**R.** Não. Nem entendo o racional político. Tenho muito respeito pelas celebrações de Fátima, mas este é um tratamento excessivo dado a um grupo laboral restrito. Dedico-me de forma plena ao Serviço Público há mais de quarenta anos. Não se defende o seu prestígio com benesses deste tipo, aliás como não se defende com normas laborais menos exigentes que as vigentes na atividade privada. Todos os que pela sua Fé querem estar em Fátima, puderam solicitar em tempo útil um dia de férias. É igualmente preocupante observar os paradoxos das

reações políticas a esta decisão do governo: o CDS e o PSD apoiam, em oposição às políticas restritivas que impuseram ao Serviço Público em tempos recentes; O PC e o BE apoiam, fechando os olhos aos seus princípios de defesa do Estado laico. No Serviço Público as carreiras estão congeladas há anos. Continuamos a não compensar o que se deve compensar, de forma adequada e com a devida discriminação do mérito. O facilitismo não é bom conselheiro para o nosso futuro.

**99. 2017.05.07 - A rutura entre Rui Moreira e o PS torna o Porto o centro das atenções nas eleições autárquicas?**

**R.** Centro de atenções, sim, mas porque é a segunda autarquia mais relevante do País e tem pela segunda vez um independente forte a disputar estas eleições, isto é, uma candidatura fora dos cânones políticos conservadores. Sendo esta, por natureza, uma situação propícia a reações dentro de hostes partidárias, ainda assim foi uma reviravolta inesperada no cenário político. Parecia que íamos ter um acordo muito interessante para a cidade, confirmado pelas afirmações públicas dos principais atores, que parecia bem acolhido por muitos, não só pelo respeito que esses políticos conquistaram na governação durante este mandato, como principalmente pela importância da estabilidade política por um período alargado de dois mandatos para o desenvolvimento municipal. Mas, estou certo de que (todos) os candidatos que vierem a ser eleitos, fieis à sua palavra de compromisso com a cidade, irão estar à altura das suas responsabilidades e irão encontrar as necessárias plataformas de entendimento de governação.

**100. 2017.05.14 - A visita do Papa Francisco a Fátima traz uma nova vitalidade à Igreja?**

**R.** Trará um impulso para o caminho, que me parece ser o seu desejo, de reforma tranquila da Igreja: de reaproximação aos valores sociais da génese da doutrina católica, mais perto dos desfavorecidos, das minorias, dos perseguidos; de abertura interior para discutir alguns dos seus dogmas; de afirmação exterior na promoção do diálogo civilizacional em favor da paz. Se duradouro e decisivo? Veremos. As Religiões caracterizam-se pelos seus pontos de equilíbrio emocional entre a razão e a paixão. Parece-me que o Papa Francisco pretende deslocar um pouco o ponto de equilíbrio da doutrina católica para o lado da razão. Uma missão de importância transcendente. Penso que não haverá desenvolvimento humano, social e económico, se não fortalecemos a razão. Para isso, terá que ser capaz de mobilizar a Cúria, para ultrapassar a resistência do dogmatismo imobilista. Em tudo, com as devidas adaptações, uma missão e um caminho semelhantes aos que são necessários noutras instituições seculares, públicas e civis.

**101. 2017.05.21 - Os 2,8% de crescimento são frágeis ou um forte sinal de confiança?**

**R.** Nem uma coisa, nem outra. É claro que este é um indicador positivo, que transmite a sensação de potencial de recuperação, mas é muito cedo para a ilação de ‘um forte sinal de confiança’, no que tal possa sugerir de abrandamento de rigor orçamental. As expectativas têm que ser geridas com sensatez. Certamente que é bom ter e dar um sinal positivo, mas o pior que se pode fazer numa Sociedade é criar expectativas falsas, com promessas que não podem ser satisfeitas. Vivemos alguma euforia, com aquilo que há 50 anos as oposições criticavam, e bem, como os ‘três efes’ do ópio do Povo – Fado, Futebol e Fátima: ganhamos a Eurovisão, ganhamos o Campeonato da Europa, o Papa Francisco esteve entre nós. Estes feitos provam que somos capazes e ganhadores. Mas, milhões de Portugueses continuam a auferir um salário mínimo baixíssimo, para a Europa dos 15, e muitos estão desempregados. Percebamos porquê, ataquemos as nossas fragilidades organizativas e sociais. Por aí, os 2,8% poderão ganhar significado.

**102. 2017.05.28 - A proliferação de candidaturas independentes é uma mais-valia para a democracia?**

**R.** A proliferação de candidaturas independentes não deve ser encarada como uma mais-valia para a democracia, porque no nosso modelo político os partidos são a base da democracia organizada. Mas, a possibilidade real de concretizar essas candidaturas fora dos partidos, é uma grande mais valia para a democracia. Explico. Importa que movimentos cívicos locais de cidadãos com qualidade e espírito de missão reconhecidos, tenham a capacidade de uma intervenção forte na governação local, certamente que em qualquer caso, mas particularmente sempre que seja claro o descontentamento com a degradação ética e política partidária que, infelizmente, ocorre ciclicamente. E basta que haja meia dúzia de casos bem sucedidos no País para que tal seja considerado uma mais-valia, não só pelas escolhas propriamente ditas, mas principalmente pela mensagem que os partidos saberão ler, contida na votação maciça nessas candidaturas. Um ‘cartão amarelo’ às suas práticas, de que se esperam sempre saudáveis correções.

**103. 2017.06.04 - Que consequências pode trazer aos equilíbrios geopolíticos a retirada dos EUA do Acordo de Paris?**

**R.** Espero que poucas, independentemente do facto de estarmos a falar de um País que faz com a China o par dos mais poderosos do Mundo, no sentido da força material, industrial, económica e beligerante disponíveis, de onde o risco real de poder infligir feridas profundamente destrutivas na Terra. Mas, neste tema fundamental, é tal a unanimidade de análise da realidade. De todos os quadrantes, nacionais e internacionais, chovem críticas, sem compromisso, relativamente à tragicomédia política que varre neste momento a administração

americana, projetada especificamente nesta negação suicida da existência de problemas ambientais a nível planetário. Pois, com toda esta evidência, tenho que confiar. A qualidade mais marcante do modelo político das sociedades livres é a sua capacidade regenerativa através dos mecanismos de ‘ação-reação’ social. Pelo que se lê e se ouve de bem dentro dessa grande Nação, a reação está em curso. A sociedade americana irá forçar democraticamente o ‘Save the Planet’.

**104. 2017.06.11 - O caso EDP é simbólico da proximidade excessiva entre grandes empresas e os políticos?**

**R.** Não, a começar pelo facto de ser difícil definir o que é ‘proximidade excessiva’ entre empresas e políticos. O problema EDP, como os outros problemas dramáticos do passado recente, está principalmente na nossa incapacidade (podemos especular sobre as causas...) em definir regimes jurídicos claros (e simples) que imponham uma regulação eficaz. Num Estado de Direito, o quadro jurídico é fundamental para controlar comportamentos desviantes. No caso EDP, toda a informação publicada, incluindo declarações de responsáveis políticos ao mais alto nível, aponta para que nos últimos anos tenham sido faturados centenas de milhões de euros de rendas excessivas. Como é claro que estamos, mais uma vez, perante um imenso e complexo processo jurídico do qual os únicos vencedores garantidos serão os consórcios de juristas que tratam do assunto e os únicos vencidos garantidos são (têm sido) os pagadores das faturas, isto é a economia. Como parece que o poder executivo está mais uma vez de mãos e pés atados...

**105. 2017.06.18 - A polémica da Agência Europeia do Medicamento ilustra o centralismo do país?**

**R.** Inequivocamente. E nunca é tarde para corrigir aberrações nacionais, mesmo que ‘históricas’. É este o conceito de base do reformismo descentralizador que temos que adotar para o desenvolvimento coeso de Portugal. Uma reflexão, neste curto espaço: um dos critérios para a tomada de decisão, é (será) o das acessibilidades aeroportuárias; pois é, adota-se a política que todos conhecemos de concentração num mega *hub*... de onde decorre que passará a haver uma só cidade a cumprir esse tipo de requisito. Claro? Estava à vista! Faz-me lembrar aquele país colonizador que chegava a um dado destino, não necessariamente distante, via a dimensão populacional de nativos, promovia a emigração dos seus nacionais para esse destino, em maior número, e depois promovia uma auscultação ‘democrática’ sobre a vontade de esse ‘povo’ se manter leal ao colonizador. A AEM até poderá nem vir para Portugal, mas importa perceber todo este processo, para o que releva uma explicação pelos deputados eleitos pelos nossos círculos eleitorais.

**106. 2017.06.25 - Que consequência imediata deve ser tirada das falhas já conhecidas no socorro da tragédia de Pedrogão?**

**R.** Não subscrevo a sugestão de demissões políticas que a pergunta encerra. Agora, este é mais um sinal da nossa dificuldade em promover reformas que mexem com interesses e, como noutras áreas, em combater a fraude económica. A dimensão extrema da tragédia exige explicações do poder político, desde logo no que não foi feito, e porque não foi feito, na defesa do território, ao longo dos anos. Como exemplo, porque não se investe na prevenção, na sensibilização das populações sobre negligência e comportamentos de risco, particularmente dirigida para a nossa realidade de minifúndio privado? Ou, o que se passa realmente com os ‘Kamov’ e particularmente com o Siresp? O retrato dos nossos problemas está no que o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural do governo anterior, do PSD, escreveu ontem no Público, cito “...Já publicamente me penitenciei por não ter tido a força, o engenho e a arte para fazer melhor quando tive essa oportunidade. Garanto-lhe que tentei com todas as minhas forças...”. Acredito... perceba-se...

**107. 2017.07.02 - O assalto aos Paióis Nacionais de Tancos é um sinal de debilidade das nossas Forças Armadas?**

É um sinal de debilidade relativa de Portugal no Mundo desenvolvido. Estes tempos têm colocado a nu as nossas dificuldades, no acumular de casos de imensa gravidade: das falências e das fraudes recentes que são a primeira razão da quase bancarrota em que caímos e cujos julgamentos parecem ‘jazer’ nos tribunais; das armas que desapareceram em fevereiro último; da tragédia de Pedrogão Grande. Neste caso de Tancos, gravíssimo, são difíceis de entender as falhas de segurança direta, mas é particularmente preocupante a perceção de que este ato recebeu apoio interno, isto é que a instituição militar está vulnerável a organizações criminosas, do que resulta termos que perguntar pela ação dos Serviços de Informação e Segurança, bem para lá da reparação das redes metálicas e da videovigilância. Em todos estes casos encontro um denominador de causa comum, a combater com as armas da educação e da cultura: um defice de rigor coletivo funcional e um excesso de permissividade da nossa Sociedade.

**108. 2017.07.09 - Após Pedrogão e Tancos, estamos perante uma nova fase do Governo?**

**R.** Não, ou ainda não. Espero que haja nova fase, mas que não seja especificamente por razão de Pedrogão ou Tancos. Qualquer nova estratégia política e governativa terá que incluir uma apreciação fria e racional das nossas capacidades e das nossas fragilidades. Potenciar naturalmente as primeiras, minimizar as segundas. A tragédia e a incompetência dos casos citados deverão promover a reflexão e as mudanças de políticas, mas também, e para lá de outras ‘minudências’, o terão que fazer todos os casos da nossa crise económica, financeira e



social deste século, da banca e das grandes empresas que desapareceram em tão pouco tempo. Não esqueçamos que por três vezes veio o FMI nos últimos 40 anos. Virá de novo, se não adotarmos, a todos os níveis, um modelo e uma postura coletiva muito mais exigente de organização e responsabilidade social, condições necessárias para caminharmos para os níveis de qualidade de vida das populações mais avançadas da Europa, especialmente nas áreas do trabalho e da dimensão social.

**109. 2017.07.16 - Um mês após a tragédia de Pedrógão, qual é a principal lição a tirar?**

**R.** Mais do que lição, temos a confirmação da necessidade de melhor organização, articulação institucional e capacidade antecipativa de manutenção. Começam a aparecer análises da ocorrência quase ao minuto. Formou-se uma Comissão de Investigação cujas conclusões serão certamente muito úteis. Mas, reafirmo, não foi e não será por falta de conhecimento específico do que há a fazer, por parte dos Responsáveis no terreno, que não se evitou nem se virá a evitar tragédias destas. No essencial, o sucesso de medidas que minimizem estes desastres passa pela promoção da liderança organizacional, do rigor colectivo, da responsabilidade social individual e coletiva, e da educação sobre a floresta, no que se incluem políticas e regras de plantação. Teremos sem dúvida que ultrapassar todas estas questões, não esquecendo, ou menosprezando, a barreira representada pelos custos para os pequenos proprietários rurais das medidas preventivas, como seja a limpeza das matas, inexequíveis sem a sua colaboração.

**110. 2017.07.23 - O que destaca do ano parlamentar que acabou?**

**R.** Destaco a ação política do partido do Governo na forma como tem conseguido manter apoio parlamentar. Este modelo em que negocia esse apoio separadamente com dois outros partidos, usando, no essencial, a bandeira de que esta é a solução para ‘governar à esquerda’, constituirá caso para estudo político. Perceba-se o que esta política nos trouxe: introduziu um discurso positivo sobre responsabilidade e economia social; manteve o necessário alinhamento com as políticas Europeias de trabalho relativamente ao setor privado; manteve (com particular habilidade) congelada a despesa do sistema público; levou à diminuição do deficit; trouxe crescimento da economia. Ficou de fora (inteligentemente) a reforma orgânica e laboral do sistema público, mas perceba-se que esta reforma é essencial para aumentar a produtividade e eficácia do setor, condição necessária para aumentar o seu quadro salarial sem aumento descontrolado da despesa pública. Os sinais desse aumento estão no ar. Cuidemos do futuro.

**111. 2017.07.30 - Governo ou Oposição, quem tem sido mais fragilizado pelo problema dos incêndios?**

**R.** Igualmente fragilizados, numa fragilidade coletiva que essa sim interessa relevar, como já comentei em pergunta anterior. NÓS todos nos devemos sentir fragilizados, particularmente todos os que têm tido responsabilidade e se têm esforçado, mas têm falhado em promover reformas de organização das instituições públicas, de combate à fraude, de adoção de medidas reais de defesa do território e de sensibilização das populações sobre negligência face ao risco e sobre a necessidade de investimento na prevenção, particularmente na nossa realidade de minifúndio privado. Ora, perante tanto esforço inglório, cabe questionar o modelo político-jurídico que parece atar as mãos ao poder executivo e às instituições públicas, cabe questionar o poder legislativo sobre o edifício jurídico que nos rege e o poder judicial na sua aplicação. Bem vistas as coisas, a classe política, sendo coletivamente a primeira responsável pelo estado das coisas é simultaneamente vítima da cultura imobilista prevalecente, de que não se consegue libertar.

**112. 2017.08.06 - A imposição de sanções económicas à Venezuela pode agravar ainda mais a situação interna do país?**

**R.** Pode, com consequências no mínimo muito graves. Se o Mundo impuser um embargo económico que atinja as exportações petrolíferas, este drama poderá transformar-se numa tragédia maior, em mais uma catástrofe humanitária, incluindo um êxodo em massa dos emigrantes. É claro que a condenação do regime pelo Mundo democrático é unânime. Esta eleição fantasma da assembleia constituinte é um passo inilidível para um reforço violento da ditadura, como notícias diárias o mostram. Mas, a questão é - como agir? A história ensina que temos que pensar nas consequências das ações. A memória da intervenção no Iraque em 2003 está ainda viva. Vejam-se as consequências do abate de Saddam Hussein. Devemos, pois, preocuparmo-nos com reações desproporcionadas. Importa um consenso regional de ação política e económica por parte da Organização dos Estados Americanos e a sua articulação com a União Europeia. É pois necessária firmeza internacional, mas cabeça fria, num conflito que deve ser confinado à dimensão local.

**113. 2017.08.13 - As trocas de ameaças entre Trump e Kim Jong-un são para levar a sério?**

**R.** Muito a sério, pela dimensão potencial do conflito, mesmo percebendo que estamos a assistir a uma mudança negativa de estilo diplomático a Ocidente, pela mão dos Estados Unidos, no uso dos termos dogmáticos e violentos que estávamos habituados a ver associados a políticos e regimes ditatoriais, como há muitos anos nos chegam desta mesma Coreia do Norte, ou mais recentemente da Venezuela: “os americanos pagarão mil vezes o preço do seu crime”, “25 anos de prisão para quem ‘expressar ódio’”; “Eles serão recebidos com fogo e fúria

como o mundo nunca viu”... assim se exprimem estes atores. Pois é, a evolução ‘sócio-tecnológica’ do Mundo, com as suas redes digitais, mudou definitivamente as estratégias sobre manipulação e dominação das sociedades. Bom, mas tenhamos esperança. Claro que por trás desta verborreia perigosa está ainda a ‘realpolitik’, envolvendo, também e principalmente, a China, a Rússia, o Japão e a União Europeia, que estarão a trabalhar para que ninguém carregue no botão.

**114. 2017.08.20 - A Europa tem sabido tirar lições dos atentados terroristas?**

**R.** Os atentados terroristas são a face intoleravelmente violenta e dolorosa de um problema civilizacional contemporâneo que exige políticas e ações a vários níveis. Os países europeus têm vindo a tomar as medidas que devem e podem tomar, afirmando os valores de uma Cultura Europeia, herdeira do renascentismo e do iluminismo, assente no humanismo e na razão, defensora dos direitos humanos e da vida, que não está em discussão. Paralelamente à questão crucial das medidas anti-terroristas, a Europa tem intensificado o diálogo civilizacional, no sentido de isolar e esvaziar os focos e impetus extremistas. Assim deve prosseguir. No plano da defesa, a Europa terá necessariamente que seguir, de forma articulada, o caminho das pedras, de intensificação de medidas de combate: no campo legislativo; no reforço dos serviços de informação; no reforço da vigilância sobre indicadores de crime e na (video)vigilância física. Sempre rejeitando medidas populistas extremas que a história ensina não serem solução.

**115. 2017.08.27 - Quais as prioridades para o país nesta rentrée?**

**R.** No imediato: concretizar projetos de defesa do território (da floresta e da água) e de pessoas, suscitados pelo sofrimento da catástrofe nacional recente e pelo terrorismo internacional. Prioridades de fundo: (i) a concretização da Reforma do Estado, sempre adiada, que envolve a reorganização orgânica e de quadro legal nas grandes áreas de ação pública; (ii) a concretização de programas para o desenvolvimento integrado do território, através de desenvolvimento regional ‘verdadeiro’, que defenda o ambiente, assente no conhecimento, que seja capaz de fixar as pessoas nas Terras. Perseguiu-se desde 1986 o objetivo da convergência europeia. Tenhamos memória: Não só ainda não o conseguimos, como nos últimos 43 anos tivemos que pedir por três vezes a ajuda internacional para evitar a bancarrota, a última das quais em 2011. Só alcançaremos o objetivo de convergência, afastando a instabilidade e a austeridade que (quase) todos temos sentido, se trabalharmos essas duas vertentes de políticas públicas complementares.

**116. 2017.09.03 - Acha que as eleições autárquicas devem ter uma leitura nacional?**

**R.** Não devem ter uma leitura nacional ao ponto da demissão de um governo, se é que esse é o ponto de mira da pergunta. E, se apreciarmos o histórico das quatro eleições que tivemos

neste século, percebe-se que os partidos e a opinião pública têm evoluído positivamente para uma percepção da importância da estabilidade política governativa, isto é, da manutenção dos governos, face a algum revés em eleições locais. Mas, todos os atos eleitorais têm mensagens e leituras políticas importantes. As eleições representam momentos em que as pessoas exprimem o seu estado de alma relativamente às políticas e à política, no que aqui inclui a expressão de desencanto ou insatisfação relativamente a especificidades do modelo democrático. No plano das políticas, os resultados das eleições locais podem promover ajustes políticos nacionais, incluindo reavaliações de alianças e remodelações governamentais. Falando de ilações mais profundas, podem (deveriam) promover o aperfeiçoamento do modelo político, por exemplo no sentido de defender a construção de soluções governativas estáveis.

#### **117. 2017.09.10 - Costa terá margem para satisfazer todos os pedidos da Esquerda?**

**R.** Há dois tipos de esquerda e desses dois tipos surgem normalmente dois tipos de pedidos, diferentes nas exigências e principalmente nos objetivos socio-políticos de fundo. O Governo pode e deve satisfazer alguns pedidos de uma dada esquerda, a que está no governo; não tem margem para satisfazer alguns outros pedidos de uma outra esquerda. Neste momento o Governo enfrenta reivindicações provenientes de três setores: dessa outra esquerda que lhe dá apoio parlamentar, mas que não está no governo e que combate o modelo de organização da união europeia; da oposição formal propriamente dita; e das corporações. Fazem uma bela lista: descongelamento de carreiras públicas; ajuste dos escalões do IRS; fim dos docentes precários; promoções de enfermeiros, médicos e juízes...; mais a vaga que viria se nomeadamente estas últimas fossem aceites. O Governo muito responsabilmente tem deixado claro, e (quase) todos percebemos, que não podemos aumentar a dívida pública. Tenhamos pois tento. A *realpolitik*, isto é a dimensão das disponibilidades públicas, terá que prevalecer.

#### **118. 2017.09.17 - Proibir jogos de futebol em dias de eleições contribui para baixar a abstenção?**

**R.** Limitando-me à letra da pergunta, parece-me claro que não contribui de forma significativa para baixar a abstenção, mas, alargando o âmbito da resposta, faz sentido que em dia de eleições não haja espetáculos de massas, ou se minimize o seu número, por duas ordens de razão principais: a primeira tem a ver com a promoção da importância do voto, associada à defesa da dignidade do ato, o que dá força ao princípio simbólico de afastar razões que possam promover a abstenção, por pouco significativo que seja o efeito; a segunda, associa-se aos problemas de segurança que hoje nos preocupam. Mas, mais importante é identificarmos, para consideração futura, as principais causas que têm levado a um crescendo de abstenção nestes atos eleitorais, a qual, sem a interferência do futebol, atingiu um máximo de 47% em 2013, mais 6% que em 2009. Temos obviamente causas políticas, de erosão da credibilidade do

modelo político atual, aliás associadas ao crescimento das listas de independentes, e temos causas práticas, em que medidas como o voto eletrónico poderiam ajudar. 1 de outubro? Estou expectante...

**119. 2017.09.24 - A saída de Portugal do lixo abre uma nova fase na economia nacional?**

R. A decisão da agência Standard & Poor's de considerar a economia Portuguesa acima do nível 'lixo' cria boa expectativa para a evolução da nossa economia. Se pelo menos uma das outras três agências de classificação de risco de crédito entender subir as suas respetivas avaliações, como aliás é expectável, então sim estaremos numa nova fase. Em particular, a subida de notação dos bancos resultará numa maior disponibilidade destes para fortalecer o financiamento da atividade produtiva. Uma espiral positiva. A grande questão é que tenhamos aprendido com os gravíssimos erros políticos e de gestão financeira, incapacidades de regulação e fraudes impunes do passado não distante para não cairmos em novas crises. Lembro que por três vezes (em 1977, em 1983 e em 2011) tivemos que pedir apoio ao FMI face a situações de quase bancarrota. Lembro em particular o dramático aumento descontrolado, de tempos recentes, da 'dívida externa líquida', de 41% em 2003 para 84,5% em 2011, e da 'dívida bruta das administrações públicas' que passou de 58,6% em 2003 para 111,4% em 2011, num período caracterizado por políticas de despesa sem sustentação da economia e de gestão danosa perante a inoperância dos reguladores. Ora, o Governo terá que ter lucidez e força para contrariar sinais desconfortáveis e perigosos que, aos primeiros sinais de melhoria, já estão no ar: importa exigir à banca modelos de negócio não especulativos; importa resistir a pressões políticas, da oposição e dos 'amigos', de aumento abrupto de despesa pública. Aproveitemos a porta de oportunidade que com imensos sacrifícios fomos capazes de abrir. Entremos no caminho do desenvolvimento sustentado que, como podemos perceber deste sucesso recente, está ao nosso alcance.

**120. 2017.10.01 - Com a abstenção a subir, entende que o voto deveria ser obrigatório?**

R. Não. Importa-me começar por enfatizar a imensa importância do exercício do voto. No nosso modelo político, votar é mais do que um direito, é um dever cívico. Sendo claro que a democracia não se esgota no dia do voto, é igualmente claro que esse é um dia em que podemos e devemos coletivamente passar uma mensagem de apoio, de crítica, de escolha. Mas, transformar essa responsabilidade cívica em obrigação legal não faz sentido: i) porque é uma decisão do íntimo de cada um; ii) porque não resolveria nada, na medida em que os abstencionistas militantes votariam muito provavelmente branco ou nulo; iii) porque, havendo muitas razões de ordem prática que levam a que não se possa ou consiga ir votar, iríamos ter mais uma situação legal burocrática a causar imenso desconforto nas pessoas, e, pior, mais

uma lei interpretada como ‘sugestão’ a não cumprir. Importa sim perceber e atacar os motivos de fundo que levam a esta abstenção, tema que não comento hoje por razões óbvias de ser dia de eleições. Resta-me apelar a que todos cumpramos hoje o nosso dever cívico de votar.

**121. 2017.10.08 - Teria o PSD a ganhar com o aparecimento de mais candidatos à liderança?**

**R.** Interpretando que a pergunta assume que Rui Rio já é candidato, a resposta é: claro que sim. Num sistema democrático, aberto e livre, todas as escolhas por eleição para um cargo político importante beneficiam de haver mais do que uma candidatura, como aliás, de forma genérica, todas as escolhas por concurso público, sejam para obras públicas ou para a ocupação de lugares de carreira ou cargos, beneficiam da existência de mais do que um concorrente. Digo mesmo que normalmente é mau sinal quando tal não acontece. Ora, no caso em apreço, como observador externo, e, portanto, sem conhecer o que se passa nos bastidores, parece-me clara a dificuldade que as várias tendências internas estão a ter em encontrar personalidade credível que faça frente a Rio. Aliás, é na medida dessas dificuldades que se percebe a luta mediática que já está no ar, traduzida nas mensagens com fachadas internas pouco dignas que já vão voando. Pois então, na ideia que explanei, e sendo embora este um problema interno do PSD, faço votos para que na segunda parte apareçam candidatos com rosto, porque realmente ao intervalo o resultado é: Rio -1; Outros – 0.

**122. 2017.10.15 - Devem tirar-se ilações políticas do relatório aos incêndios de Pedrogão Grande?**

**R.** A este respeito, no dia 25 de junho passado escrevi nesta coluna e sobre este tema: “A dimensão extrema da tragédia exige explicações do poder político, desde logo no que não foi feito, e porque não foi feito, na defesa do território, ao longo dos anos”. Como também escrevi que não subscrevia, e porque não subscrevia, a tese de demissões políticas que já nesse momento estavam no ar. Com o relatório agora publicado, que me parece não culpabilizar especificamente a Ministra da Administração Interna, devem tirar-se ilações na perspetiva da necessária ação política e no terreno, de resposta às exigências imediatas das populações face à tragédia e de reestruturação do modelo de política florestal e de proteção civil, em linha com o diagnóstico produzido e com os 20 conjuntos de recomendações, organizados em 6 domínios relevantes, nele contidos. E, aí sim, deverá haver consequências políticas claras e duras se a governação não for capaz de dar essa resposta, que inequivocamente começa a tardar, e de promover a mudança também bem identificada nos temas vitais do ordenamento do território e das políticas de solos, fazendo bom uso do conhecimento especializado que existe em Portugal. Continuo a pensar que para lá de muitas outras questões, é absolutamente necessário investir na organização, na monitorização e na ação antecipativa da proteção civil. Infelizmente muitas das propostas contidas no relatório são óbvias, dando força à ideia de que a questão de

fundo, como noutras questões nacionais, reside na nossa dificuldade em promover modelos organizacionais e de governação eficientes no sistema público, reformas que chocam com culturas prevaletentes e com interesses corporativos e económicos, para lá da nossa permissividade em combater a fraude económica. Tenho a esperança de que a tragédia que ocorreu promova a desejada mudança.

**123. 2017.10.22 - É desta que o país avança com medidas de defesa da floresta e das populações?**

**R.** Espero bem que sim. No passado dia 25 de junho, ainda e só a respeito da tragédia de Pedrogão Grande, bem antes deste inimaginável drama nacional global dos últimos dias, escrevi nesta coluna que “A dimensão extrema da tragédia exige explicações do poder político, desde logo no que não foi feito, e porque não foi feito, na defesa do território, ao longo dos anos”. E terminei a minha crónica da semana passada, escrevendo: “Tenho a esperança de que a tragédia que ocorreu promova a desejada mudança.”. A história ensina-nos que, tantas vezes, do drama nasce essa mudança. Sinto o País, profundamente mobilizado para esta exigência, liderado de forma particularmente notável pelo Senhor Presidente da República. Sim, acredito que este drama possa promover uma reforma duradoura, e não somente para resolver o problema da debacle’ da proteção civil na defesa da vida, ou o da devastação dos bens pelos fogos, que são questões diferentes, suscitando medidas diferentes, se bem que naturalmente complementares’, mas, na cultura de responsabilidade e na organização do nosso sistema público no seu todo.

**124. 2017.10.29 - A declaração de independência da Catalunha pode criar um efeito de mimetismo em outras regiões da Europa?**

**R.** Certamente que pode, e já circulam nos media análises especulativas sobre potenciais situações de fragmentação regional, com as consequentes mudanças do xadrez político, mais ou menos explosivas para a estabilidade da União Europeia. Mas, realmente esta é a história antiga e recente do refazer de fronteiras na Europa, em movimentos com objetivos e causas específicas, uns fracassados, outros bem sucedidos. No presente, é claro que estamos num processo, dentro da União Europeia, de convergência entre impulsos de populismos nacionalistas altamente indesejáveis e impulsos ideológicos de alguns grupos políticos, curiosamente em alianças contranatura de extremos, com o objetivo de derrubar o atual modelo da União. Foi essa aliança, com esse objetivo subjacente, que se verificou recentemente na Grécia, e é essa conjugação de extremos que está a dar força não dispicienda ao processo da Catalunha. Penso que a União Europeia vai saber resolver os seus problemas e que a Espanha em particular vai ultrapassar esta crise com o apoio decisivo dos seus parceiros europeus.

**125. 2017.11.05 - Como avaliar um Estado que só reage após imagens vídeo de violência serem públicas?**

**R.** A brutalidade das imagens recentes de Coimbra e de Lisboa somente se adiciona às notícias de violência, em crescendo, de agressões e assassinios gratuitos, de violência entre casais que resultam em danos físicos, psicológicos e mortes, realidade que só se percebe pela degradação das expectativas e relações sociais e da cultura permissiva que vai prevalecendo no mundo ocidental, não só em Portugal. Mas, sem relativizar minimamente a gravidade desta evolução, que exige em paralelo medidas duras e uma reflexão social profunda, relativizo o problema que a pergunta encerra – o Estado só reagir após as imagens. Num modelo democrático ocidental, em que se valoriza a liberdade humana, é muito difícil atuar por antecipação, dificilmente se pode ‘ter razão antes do tempo’, dificilmente se podem tomar determinadas medidas antes da evidência triste da necessidade dessas medidas. E acrescento, os governos precisam deste serviço dos Media em dar a conhecer estas situações, não em esconde-las. É pelo conhecimento que se percebem e aceitam as medidas de segurança.

**126. 2017.11.12 - A saúde é o setor que mais se tem ressentido pela contenção orçamental?**

**R.** A apreciação é difícil, na medida da complexidade da distribuição do Orçamento do Estado pelos diferentes setores, mas tenho a percepção forte de que tal não é o caso. Sendo factual que as receitas públicas não têm sido suficientes para investir na dimensão desejada por todos os responsáveis setoriais públicos, preocupa-me que as discussões se centrem unicamente nas exigências de orçamento, deixando de fora a apreciação de medidas para suprir limitações organizacionais e de governação da coisa pública, que poderiam suavizar as dificuldades orçamentais. A saúde é um setor delicado e com custos muito elevados, penso que com os custos correntes mais elevados. Mas, e o necessário investimento no setor da justiça, o setor de cujo bom funcionamento mais depende o nosso desenvolvimento de curto prazo? E na educação, a todos os níveis? E... por aí fora? É claro que quando a fraude, a corrupção e as limitações da governação absorvem dezenas de milhares de milhões, faltam meios para os investimentos necessários e para apaziguar as clientelas. Um problema!

**127. 2017.11.19 - A atual situação em Angola é um sinal de regeneração do regime?**

**R.** As mudanças anunciadas, com a ‘normal’ carga especulativa e de notícia mais ou menos sensacionalista dos Média, não representam nada de inesperado, penso mesmo que não estivesse combinado previamente. Não fazia qualquer sentido que o novo governo mantivesse nas mãos da família Santos tantos instrumentos essenciais para o desenvolvimento de Angola. Por outro lado, o termo ‘regeneração’ faz-me evocar tempos de Portugal de ontem e de hoje. Todos sabemos quão difícil é mudar todo um regime que está nas mãos de grupos de interesses,



sempre razoavelmente fechados, ou muito fechados. Independentemente das culturas africanas e europeias serem diferentes, faça-se um paralelo com a tentativa de ‘regeneração’ falhada que Marcelo Caetano promoveu, no seguimento da queda de Salazar. Pura e simplesmente não teve força para alterar a estrutura do regime. Como, aliás, hoje em Portugal, muitos acolheríamos com gosto algum ajuste do nosso regime que, mesmo no auge da crise, não mexeu um pouco que fosse na sua estrutura. Queremos intervir em Angola? Eu, se conseguisse, preferia começar por Portugal...

**128. 2017.11.26 - Como avalia a decisão e o processo para a transferência do Infarmed para o Porto?**

R. Este é o caminho político. Não sei qual vai ser o processo específico, mas é claro que terá que ser gradual e decorrer no inequívoco respeito pelos direitos dos trabalhadores. Agora, não iludamos a questão de fundo subjacente. Sem espanto, imediatamente após o anúncio do governo, que ocorreu há somente 5 dias, rebentou a polémica e iniciou-se a resistência, alimentadas por várias agendas: políticas, económicas e, em particular, das culturas imobilistas, anti-reformistas, que pululam no sistema público. Pois, vale recordar o que escrevi há 8 dias, nesta mesma coluna, a respeito dos sinais de regeneração da situação de Angola, cito: *“faça-se um paralelo com a tentativa de ‘regeneração’ falhada que Marcelo Caetano promoveu, no seguimento da queda de Salazar. Pura e simplesmente não teve força para alterar a estrutura do regime. Como, aliás, hoje em Portugal, muitos acolheríamos com gosto algum ajuste do nosso regime que, mesmo no auge da crise, não mexeu um pouco que fosse na sua estrutura. Queremos intervir em Angola? Eu, se conseguisse, preferia começar por Portugal...”* Fim de citação. Tenhamos nós o engenho e a força para fazer esse necessário caminho.

**129. 2017.12.03 - Portugal poderá ter alguma vantagem com Mário Centeno no Eurogrupo?**

R. O Ministro Mário Centeno ainda não foi escolhido para este cargo, pelo que limito o comentário a dois aspetos de ordem geral. Em primeiro lugar, dizer que é claro que a sua escolha seria muito positiva para Portugal. Precisamos muito de ter portuguesas(es) em lideranças Europeias relevantes, políticas ou profissionais, por aquilo que ganhamos em prestígio e respeitabilidade e pela capacidade acrescida da nossa voz ser ouvida na discussão dos problemas da Europa e do Mundo, enfim pelo que tais escolhas representam para a nossa integração europeia. Aplica-se o ditado: “Quem não está, não existe, portanto, temos que estar se queremos existir”. Em segundo lugar, um elogio devido a Mário Centeno. É certo que estes processos obedecem a um jogo político, mas para se poder ser candidato sério, como é o caso, é necessário que com o tempo e trabalho se tenha transmitido aos pares a confiança decorrente

da qualidade percebida por esses pares. De onde decorre uma importante mensagem para dentro: com qualidade, somos parceiros iguais na Europa.

**130. 2017.12.10 - A decisão de Donald Trump de reconhecer Jerusalém como capital de Israel pode desencadear novos conflitos no Médio Oriente?**

**R.** A governação de Donald Trump tem levantado a profunda reprovação de muitos milhões de cidadãos do Mundo. Este passo de reconhecer Jerusalém como capital de Israel põe gravemente em risco os esforços de paz na Região, sacrifica a população palestiniana, debilita o já frágil equilíbrio geoestratégico mundial. Mas, não tenhamos a memória e vistas curtas. Estes problemas já estavam no coração do Ocidente. Trump agudizou-os, mas não os inaugurou, antes resulta deles. O Ocidente tem vivido tempos de descontentamento popular. Na Europa, a reação popular projetou para o poder, também através do voto, vários grupos políticos que se afastam da matriz Europeia dos últimos sessenta anos. Chegamos ao limite de assistir, em alguns países, à convergência *contranatura* de extremos ideológicos no espírito de aniquilamento do modelo Europeu. Tudo negativo? Não! A política de Trump torna ainda mais clara a mensagem de que a Europa tem que reganhar a sua matriz económica e social e ser voz ativa no mundo. Já o está a fazer e vai consegui-lo.

**131. 2017.12.17 - O caso Raríssimas deve ser uma oportunidade para discutir a relação do Estado com as IPSS?**

**R.** Deve ser ‘mais uma oportunidade’ para debatermos o modelo de gestão e controlo de instituições com relação pública direta, no que se incluem instituições ‘graúdas’ em que ‘centenas de milhares’ são ‘pinuts’, mas também associações privadas sem fim lucrativo controladas por instituições públicas ou instituições de solidariedade social apoiadas pelo Estado. Duas notas sobre o tema. Primeiro, não se especule; numa imensa quantidade de instituições, observam-se comportamentos de gestão sérios por parte de responsáveis muito abnegados. Segundo, por todas as razões de responsabilidade pública, é essencial que os órgãos de cúpula das instituições adotem orientações claras sobre códigos de gestão e controlo numa luta que tem que ser continuada e crescente contra a irresponsabilidade de gestão e a fraude conducente a enriquecimento ilícito, no que se incluem questões tão simples como a da exigência de transparência de despesas, desde logo necessariamente documentadas. Importa muito garantir que os casos ‘raríssimos’ não são a ponta do iceberg dos ‘banalíssimos’.

**132. 2017.12.24 - Se pudessem oferecer uma prenda aos portugueses, qual seria?**

**R.** Escolho um cabaz preenchido com expectativas positivas de futuro, influenciado por um 2017 bipolar, por um lado com acontecimentos nacionais trágicos que de forma violenta colocaram a nú, uma vez mais, a debilidade do nosso sistema público e a premência da sua reforma, mas também, por outro lado, com indicadores de uma evolução económica e social,

reconhecida no plano internacional, que estando ainda longe do nosso potencial de desenvolvimento, ainda assim representam mensagens fortes da nossa capacidade de regeneração e conseqüentemente de esperança no futuro. E são estes últimos que prevalecem, pensando que com o rumo atual será possível progredir em indicadores de remunerações, de emprego e de educação, como também no fortalecimento do bem-estar social decorrente do fortalecimento da solidariedade social sentida. Mas, há sempre um ‘mas’ no risco de deslumbramento com a oferta. A reforma pública tem que ser feita e a contenção despesista tem que ser percebida, sob risco de o drama social e económico de um passado não distante voltar à nossa mesa.

**133. 2017.12.31 - Dos acontecimentos esperados em 2018, qual considera que poderá ser mais marcante?**

**R.** No País e no Mundo haverá múltiplos acontecimentos marcantes. E o primeiro acontecimento nacional marcante seria (espero que seja) o de reverter a decisão que o Parlamento tomou, na última gota deste ano, relativamente ao quadro legal do financiamento dos partidos. Uma decisão inaceitável na forma e na substância, tomada em segredo, totalmente desproporcionada nas benesses decididas em causa própria, face a um Povo e a uma economia que lutam desesperadamente por dias melhores. A construção de um Portugal moderno depende totalmente dos partidos políticos que, sendo a base da democracia, têm necessariamente que adotar um comportamento exemplar, em ética, em transparência, em respeito das limitações dos seus poderes legislativos. A questão importante é que, sem esse equilíbrio comportamental, nunca conseguiremos atingir a prioridade das prioridades: a reforma do Estado, desde logo e principalmente na justiça, mas globalmente na organização e governação de um modelo de sistema público que tem falhado de forma dramática, em capacidade de resposta, na regulação, em produtividade. A atitude é simples: lutar sempre por um ‘amanhã’ melhor. Pois então, Viva 2018!

**134. 2018.01.07 - Os partidos devem desistir da isenção de IVA e do fim dos limites para angariação de fundos?**

**R.** Não se deve colocar a questão da revisão da legislação em termos de ‘tudo ou nada’. É provavelmente justificável que (mais) alguma despesa da atividade partidária beneficie da isenção de IVA. Poderá ser razoável que os limites da angariação de fundos venham a ser alargados, quiçá ‘liberalizados’ (!). Mas, neste processo absolutamente ‘infeliz’, não é esse detalhe da ‘substância’ que releva neste momento apreciar. Releva a apreciação política que a seu tempo conduzirá à ‘substância’. Retomo o que escrevi há uma semana nesta mesma coluna: a construção de um Portugal moderno depende totalmente dos partidos políticos que, sendo a base da democracia, têm necessariamente que adotar um comportamento exemplar, em ética, em transparência e auto-limitação dos seus poderes legislativos; sem esse equilíbrio

comportamental, nunca os governos e o poder legislativo conseguirão o respeito e apoio social necessários para a consolidação da democracia e do Estado de Direito, pilares essenciais para o nosso desenvolvimento. Neste caso, os partidos falharam. Espero que tenham a humildade de reconsiderar e de voltar à ‘estaca zero’.

**135. 2018.01.14 - Qual considera ser a prioridade imediata do novo líder do PSD?**

**R.** Sendo que tenho uma visão consolidada sobre políticas públicas, em particular política social e económica, respondo com uma visão de cidadania desapaixonada das ligações e obrigações partidárias, que não as tenho. Parece-me que a prioridade imediata deve ser a de criar a dimensão e força de intervenção que se exige ao (líder do) partido mais votado nas legislativas de 2015 (em que recebeu um pouco mais de 2 milhões de votos). Nesta presente legislatura o PSD apostou numa visão de trajectória negativa do governo (esclareça-se que governo completamente legítimo, apesar de não liderado pelo partido mais votado) que de todo não se confirmou. Depois, em 2017, teve resultados autárquicos globalmente maus, desde logo e principalmente no Porto e em Lisboa. Com estes factos, o PSD perdeu capacidade negocial, perdeu músculo social para intervenção política. Precisa de uma reforma interna. A democracia exige uma oposição forte. As grandes reformas nacionais, há tantos anos por fazer, exigem esse PSD sem limitações de diálogo, aberto à Europa e ao Mundo, na oposição ou no governo.

**136. 2018.01.21 - Estão reunidas as condições políticas para se cumprir o pacto na Justiça?**

A qualidade do edifício jurídico e a qualidade do funcionamento do sistema de justiça que o interpreta e aplica representam em conjunto o principal factor de inibição ou promoção do desenvolvimento social e económico de um povo. Ora, o problema da justiça em Portugal, na perceção da sua aplicação, está bem mais na (má) qualidade das leis, do que no sistema de justiça propriamente dito, sendo que é este último que tem a ver com o pacto anunciado. Mas, é obviamente bom sinal, político e prático, ver os principais atores (Associações Sindicais e Ordens Profissionais) a aprovar por unanimidade este pacto com cerca de 80 medidas. O que espero é que sejam capazes de proactivamente propor ajustes e adotar interpretações das leis que ultrapassem as muitas fragilidades das mesmas, melhorando a eficiência e a eficácia na investigação e na aplicação da justiça, a começar pelo combate aos expedientes de atrasos processuais. Que não se aplique o que o Papa Francisco mencionou no seu discurso à Cúria Romana, em dezembro passado, a respeito das reformas no Vaticano... ‘que não estejamos a tentar limpar a Esfinge do Egito com uma escova de dentes’.

**137. 2018.01.28 - A polémica SuperNanny impulsionará uma reflexão social para além do programa?**

**R.** Sabia do assunto através das notícias publicadas nos jornais. Face à pergunta, fui à Internet e vi os dois programas que já foram para o ar. A resposta é clara: seria bom que sim, e espero que sim, que impulse uma reflexão social, e, mais do que isso, que promova o aparecimento ou o aumento do apoio formal a que famílias possam recorrer, sempre em dimensão da família ou possivelmente de pequenos grupos, mas sempre num universo íntimo controlado de pequena dimensão, que obviamente proteja as crianças, nunca com a exposição pública de alimento *'voyeurista'* que, por muito boas que sejam as intenções, este tipo de programa tem. Espero que a SIC reflita melhor sobre a dimensão humana do problema, que a pressão social a faça reconsiderar e que, como recurso final, o quadro legal permita impor esta limitação. Noutro plano, estes casos, estas dificuldades de educação, existem, são reais, e presumo que sejam excepcionalmente stressantes para os pais, tenham eles mais ou menos ou nenhuma culpa na génese das mesmas. Procure-se portanto melhorar o apoio social... e que *'não se bata mais no assunto'*.

**138. 2018.02.04 - O frenesim mediático é positivo para a perceção da justiça pelos cidadãos?**

**R.** Claro que não é. Frenesim (ou frenesi) significa delírio furioso, paixão elevada ao ponto de tirar o uso da razão, e outros... como se pode ler nos bons dicionários da língua portuguesa. Este tipo de estado de espírito e a atividade que induz não ajudam, não são bons para a perceção e/ou resolução seja do que for. Falando da justiça, vivemos num crescendo do número de processos judiciais, não propriamente por haver mais crimes, mas porque importantes setores da Sociedade, antes nunca expostos à investigação, estão hoje sob severo escrutínio, e bem. Os Media e os instrumentos mediáticos informais não só são agentes das denúncias, como fazem eco da evolução dos processos. Ora, a justiça tem inequívoca dificuldade em dar resposta adequada a este crescendo (como não a dão convenientemente o sistema de saúde e outros serviços públicos nas suas respetivas missões). Os Media transmitem essa impotência, o que perturba os cidadãos. Há certamente casos de manipulação da informação nos Media tradicionais, nas redes sociais e nos blogs que impunemente vivem ao serviço da criação de frenesim, e que temos que combater com firmeza. Mas, não branqueemos a essência da substância subjacente.

**139. 2018.02.11 - Ao defender a abstinência sexual para recasados, a Igreja afasta-se dos seus fiéis?**

**R.** Com estas orientações, mais do que afastar-se dos seus fiéis, parece-me que a Igreja (Católica) não segue um caminho de atratividade de novos fiéis e promove o crescimento daqueles que eu designo como *'fiéis não praticantes'* (tendo consciência que em limite de

purismo religioso esta ‘categoria’ não existe). É claro que as doutrinas da Igreja a respeito das relações sexuais, nas suas diversas variantes, que se enquadram na Moral Católica, representam tema muito sensível da relação da Igreja com a Sociedade, desde sempre, mas particularmente neste Século XXI e na Sociedade Ocidental. Ora, o problema tem sido amenizado porque, na sociedade tolerante dos dias de hoje, muitos fiéis têm neste ponto dos seus íntimos e afetos uma prática ditada pela sua consciência, para lá dos dogmas. O que não exclui a necessidade de um debate importante, que se deve alargar a outros temas, como o do Celibato e o da doutrina sobre as responsabilidades que as Mulheres podem assumir. O bem-estar material e espiritual dos Povos, precisa de políticas e doutrinas que se vão adequando aos tempos. E aqui entra a luta secular entre reformistas e conservadores...

#### **140. 2018.02.18 - Qual será o maior desafio de Rui Rio?**

**R.** Não podemos reduzir a um desafio. Tem tantos pela frente. No plano interno, é claro que o grande desafio é pacificar o ambiente, conseguir uma ‘*entente cordiale*’ com os ‘amigos’. Mas, foco-me nas políticas públicas. O País precisa de se adaptar aos tempos, tanto na saúde, como na educação básica, como no sistema do ensino superior e da investigação, como na justiça, como no modelo político, como na área crucial da regulação e supervisão dos grandes agentes da economia. O desafio será o de contribuir decisivamente para essa via reformista, através de políticas conformes com a matriz social-democrata europeia. Certamente que essas reformas devem ter uma base tão alargada quanto possível, mas passam necessariamente por entendimento entre o PSD e o PS. Não Bloco Central. Sim, entendimento sobre a reforma de Leis de Bases em todas essas áreas. O nosso nível social, o nosso desenvolvimento social e económico está bem aquém dos níveis que o nosso imenso património humano e material permite alcançar. Mais do que um desafio, esta é pois uma exigência.

#### **141. 2018.02.25 - Rui Rio está em guerra com o grupo parlamentar?**

**R.** Para quem lê e ouve notícias, transparece uma forte ‘dialética’ interna, a espaços desnecessariamente desbocada, mas não me parece de todo que seja apropriado classifica-la como uma guerra. Acrescento que era previsível o que está a acontecer. O PSD vive um ajuste programático e tal incomoda quem foi eleito num registo algo diferente. Percebe-se que as próximas eleições irão trazer novos protagonistas. Depois, uma constatação, que não um juízo de valor: no espectro ideológico, da esquerda para a direita diminui a disciplina coletiva partidária; quanto mais à direita, mais prevalece o individualismo, de onde maior a probabilidade de surtos visíveis de descontentamento. Finalmente, os ruídos são mediaticamente amplificados, fenómeno natural nos dias de hoje ao qual não há que fugir. Mas, o que relevará será o sucesso ou insucesso de Rio em construir imagem de seriedade política e de aposta em reformas políticas, sociais e económicas. A história ensina-nos que os apoios crescem e os ruídos diminuem com as expectativas de Poder.

**142. 2018.03.04 - A democracia ficou mais transparente com a nova lei de financiamento dos partidos?**

**R.** Não. O mal foi feito e não será fácil apagá-lo, tal como comentei no último dia de 2017. O Parlamento tomou, na última gota do ano, uma decisão inaceitável na forma e na substância, relativamente ao quadro legal do financiamento dos partidos. Uma decisão tomada em segredo, desproporcionada nas benesses decididas em causa própria, face a um Povo e a uma economia que lutam muito por dias melhores. O Senhor Presidente vetou, e bem, a lei. Os partidos reapreciaram-na e terão recuado num ponto, introduzindo alterações ao regime de devolução do IVA. Pessoalmente, não entendo que a atividade política deva ter isenções que outras atividades, como na saúde e na justiça, não têm. Fica por perceber, até à sua aplicação, o verdadeiro alcance da nova legislação, isto é se a mudança introduzida foi efetiva ou cosmética. Penso que o nosso histórico legislativo me dá esse direito de dúvida, particularmente quanto aos alçapões interpretativos de fuga que se poderão abrir. Mas, parece que todos os setores políticos estão satisfeitos. Portanto, nada que nos deva preocupar...

**143. 2018.03.11 - O caso e-toupeira põe em causa a segurança informática da Justiça?**

**R.** A segurança informática é hoje, sem dúvida, um tema (e problema) de grande relevância, à escala global, em todas as áreas da nossa vida, mas o problema do caso ‘E-toupeira’, com os contornos que aparecem descritos nos Media, não me parece estar nessa questão da segurança. Antes desta ‘era digital’ também houve (muitas) outras ‘toupeiras sem o E-’, em que os comportamentos ilícitos eram, como este, assuntos de justiça. Agora, é claro que este caso é muito grave no que representa de mais um sinal da fragilidade do nosso sistema público, resultante da sua dificuldade de adaptação aos tempos, a novas formas de trabalho, particularmente em auditoria e regulação, no necessário controlo comportamental no quadro legal e ético. E daqui decorre uma vulnerabilidade pública, seja na justiça, na saúde ou na educação que é preocupante. Mas, pela positiva, é de notar que este tipo de casos que indiciam corrupção interna em entidades públicas, que no passado eram tendencialmente abafados, são hoje expostos e objeto de intervenção da justiça com frequência crescente.

**144. 2018.03.18 - Considera que o Governo geriu bem a questão dos prazos para limpeza da floresta?**

**R.** Penso que geriu bem, aliás temos que reconhecer que o Senhor Primeiro Ministro e o Governo têm tido a enorme capacidade de gerir politicamente bem problemas que têm surgido no seu caminho de governação. Ao reflectir sobre este assunto, apareceram-me dois cenários,

mas antes de entrar por aí, reconheçamos que esta questão da limpeza das terras e das matas é um problema gigantesco, que é necessário enfrentar face ao facto das tragédias, mas que baterá contra a debilidade material e até física de tantos pequenos proprietários rurais. E aí terão que ser as autarquias a entrar em ação. Mas, relativamente aos cenários: i) ou realmente foi a constatação simples de uma impossibilidade factual massiva de cumprimento e arranjou-se uma saída; ou ii) foi uma estratégia para pressionar os proprietários com uma coima que começa por ser imposta e é retirada se cumprirem; como se tem que fazer as limpezas e ‘o que tem que ser tem muita força’, esta pressão adicional da coima ajuda; se assim foi, pois foi bem pensado.

**145. 2018.03.25 - Políticos a limpar florestas é marketing ou exercício de cidadania?**

**R.** Não é marketing, nem propriamente exercício de cidadania. Parece-me ser um exercício político razoável, simbólico, principalmente quando vem de quem lidera. É uma mensagem sobre uma das vertentes da área fundamental da prevenção. Como o escrevi na semana passada, esta questão da limpeza das terras e das matas é um problema gigantesco, que é necessário enfrentar face aos factos, face às tragédias, mas que é um exercício realmente muito difícil tendo em conta a debilidade material e até física de tantos pequenos proprietários rurais. Insistir nesta política com vista à mudança cultural de alguns hábitos no sentido da auto-proteção é muito importante. Mas, dentro da prevenção temos toda a estrutura da proteção civil e na área do combate parece claro, como em tantas outras áreas do sistema público, que há grandes questões a resolver em orgânica e coordenação. Não sendo marketing, estes exercícios não podem desviar a nossa atenção para os sinais que continuamos a perceber de fragilidade na estratégia global de prevenção e combate.

**146. 2018.04.01 - Portugal deve alinhar com os países que expulsaram diplomatas russos?**

**R.** Portugal tem obrigações para com os Aliados, no quadro da União Europeia e da NATO, sendo pois possível que venha a (tenha que) ocorrer uma evolução próxima da posição Portuguesa sobre este problema, mas, para já, parece-me que o governo tem vindo a agir bem, de forma sensata, em coordenação com o Presidente. Nesta apreciação, infelizmente tenho sempre a dúvida do cinismo da ‘real politik’ e mais ainda da manipulação da informação pública, problema este tão grave como atual e, aliás, tão falado nos últimos tempos. Este ‘potencial’ crime russo (lembremo-nos das ‘potenciais’ armas químicas de Saddam...) ocorre num período de imenso crescendo de complexas guerras regionais e alianças no Mundo, num verdadeiro retorno da Guerra Fria que caracterizou o período entre a segunda grande guerra e a implosão do bloco soviético em 1989. Trata-se de mais um problema com óbvios contornos obscuros, quiçá com uma reação excessiva, induzida por interesses conjunturais a Ocidente.



Que agenda de diversão terão Theresa May e o inefável Boris Johnson, face aos seus problemas internos do desastroso Brexit?

**147. 2018.04.08 - Temos uma política cultural ou andamos a discutir mercearia de cultura?**

**R.** Antes de responder: a cultura é uma dimensão essencial da vida do Humano, na necessidade que o Humano tem de consumir (e refletir sobre) o imaterial; noutra plano, a dimensão cultural de uma Sociedade é o principal ‘barómetro’ do seu nível (social e) material porque o necessário investimento nesta dimensão reflete e é proporcional à disponibilidade de bens materiais e serviços básicos essenciais de que a Sociedade necessita. Agora a resposta: pelo desenrolar do filme dos últimos dias, parece claro que a política cultural é frágil, desde logo com um modelo concursal de financiamento que falhou, em que o menor dos problema parece ser o do montante disponível (superior ao de 2009, pré-troika, e reforçado após as manifestações...). E, finalmente, uma sugestão a respeito do concurso, para todos percebermos melhor o problema: o Ministério que disponibilize na Internet uma folha excel muito simples, com tantas linhas quantas as instituições concorrentes e com quatro colunas: (i) nome da instituição; (ii) sede concelhia; (iii) montante total solicitado; (iv) montante total atribuído (incluindo os zeros).

**148. 2018.04.15 - A “obsessão” de Mário Centeno pelo défice pode pôr em causa os acordos à Esquerda?**

**R.** Preparando a resposta: é necessário travar a injeção deste termo ‘obsessão pelo defice’ no léxico da discussão das políticas orçamentais, o qual obviamente condiciona ou mesmo condena à priori, sem análise racional, políticas de aumento moderado da despesa. Respondendo diretamente à pergunta: sim, é possível que as necessárias políticas de aumento moderado da despesa pública conduzam a um choque com as forças políticas ditas de mais à esquerda. Analisando: será bom não esquecermos as lições destes 44 anos de democracia e das três situações de rotura que nos levaram a pedir a intervenção do FMI; será em particular bom que se recorde o crescimento continuado da dívida externa líquida entre 1995 e 2009, que se recordem as políticas que a tal conduziram e que se recorde (esta parte não é difícil) o que passamos nos últimos anos.... e que ainda não passou, nem passará tão cedo. O que me preocupa é que, olhando para o exemplo do ensino superior, não é claro para mim que o Ministro das Finanças consiga conter o aumento excessivo da despesa face à realidade da receita disponível.

**149. 2018.04.22 - O acordo PS/PSD de descentralização resolverá problemas de âmbito regional?**

**R.** Pode ajudar a resolver problemas regionais, logo nacionais. Mas, a questão é bem mais geral. Nós só conseguiremos desenvolvimento sustentado com políticas públicas estáveis. Só com leis de bases resultantes de consensualizações alargadas conseguiremos evitar as reversões cíclicas de política menor que têm abundado na nossa governação ao longo das décadas, com sentido prejuízo público. Especificamente, a descentralização é um instrumento essencial, crucial, para o nosso desenvolvimento. Parece-me pois claro que este e outros potenciais acordos PS/PSD podem ajudar a resolver problemas estruturais do País. E insisto na tecla: a crise aliviou um pouquinho, mas a realidade é que continuamos a viver uma severa austeridade, sentida nos orçamentos públicos e particularmente nos orçamentos familiares de milhões de portugueses. Os governos (presente e futuro) precisam de negociar acordos alargados para encontrar enquadramentos políticos e funcionais estáveis que nos permitam produzir mais e melhor, criar mais riqueza, com os meios que temos.

**150. 2018.04.29 - O Tribunal Constitucional foi longe demais na apreciação da lei da procriação medicamente assistida?**

**R.** Esta lei é muito complexa na dimensão dos atos que regula, tanto no plano dos sentimentos, da bioética, como no plano constitucional, o qual deve refletir e proteger esses sentimentos. Refiro-me especificamente ao chumbo da regra do anonimato de dadores da Lei de Procriação Medicamente Assistida, a qual, segundo o Tribunal Constitucional (TC) impõe “uma restrição desnecessária aos direitos à identidade pessoal e ao desenvolvimento da personalidade das pessoas nascidas” através de técnicas de procriação medicamente assistida. Não me parece que tenha ido longe demais. Parece-me claro que para quem já fez doações ao abrigo da legislação existente, deve ser respeitada a proteção da identidade, caso os dadores o tenham solicitado. Outra coisa é se a legislação o deve permitir. Ora, considerando o direito dos seres humanos a conhecer as suas histórias de vida, a decisão do TC parece-me adequada. Mas, pelo que li, os Senhores Deputados terão feito as perguntas erradas ao Tribunal... e aqui começa mais uma novela jurídica, em que não me meto.

**151. 2018.05.06 - O PS agiu no tempo certo ao “deixar cair” agora José Sócrates?**

**R.** O caso Manuel Pinho terá sido a gota de água para o PS se demarcar de uma situação de um crescendo difuso e pantanoso de potencial corrupção, ou, no mínimo, de situações devastadoras no plano da ética social e política. Mas, a questão importante, subjacente a este

‘circo’, é outra. Nós somos absolutamente permissivos como Povo desenvolvido. Este caso é igual a muitos outros. O poder judicial, a braços com um quadro legal permissivo e confuso, está de mãos amarradas, incapaz de julgar e decidir em tempo útil. Refugiando-se nos argumentos (óbvios) do ‘direito à presunção de inocência’, aqueles que estando ao lado do epicentro dos problemas, e conhecendo-os bem, recusam-se a tomar posições, mesmo que só do foro político. Os acossados vitimizam-se e apoucam o sistema, como forma de defesa. Os cidadãos em geral não veem interesse em ser assistentes deste tipo de processos. Bem pelo contrário, alguns sentem-se no ‘direito de seguir os mesmos trilhos’. Assim crescem e florescem os escândalos, que vão rebentando a conta-gotas, sem soluções expeditas e pedagógicas em tempo útil. Sofre a credibilidade do sistema político, sofre o País.

### **152. 2018.05.13 - O Governo está a ser incapaz de preparar a época de fogos?**

**R.** Vou limitar-me a apreciar o tema da proteção e reação, deixando de lado o importantíssimo tema da reorganização da floresta, em que ainda pouco foi feito. Não está a ser incapaz, mas há muito a melhorar. Com as lições da catástrofe do ano passado e com o reforço de meios humanos a Proteção Civil estará certamente mais apta a responder aos fogos na época que se avizinha. Mas, do que leio importa-me acentuar que as dificuldades com que o governo se debate são aquelas que de forma transversal estão associadas à organização e cultura do nosso sistema público, que não conseguimos reformar: modelos de organização fragmentados, com ‘hierarquias horizontais’ e correspondentes conflitos bloqueantes de poder e de interesses; imensa lentidão de ação, em particular na relação com o Tribunal de Contas (independentemente da importância deste órgão na necessária defesa da boa gestão, da legalidade e da responsabilidade nas finanças públicas). A dificuldade de relacionamento entre a Liga de Bombeiros e a Autoridade de Proteção Civil e as situações ainda não resolvidas dos meios aéreos e do sistema de alerta da proteção civil tipificam este problema mais global.

### **153. 2018.05.20 - Há lições políticas a retirar do que se passou esta semana em Alcochete?**

**R.** Há claramente uma lição ‘social, cultural e política’. E custa-me esta argumentação repetitiva a respeito das nossas dificuldades, como sociedade: o ciclo de populismo em que vive o Ocidente, potenciado pela nossa permissividade cultural e pela falência do nosso sistema de justiça, que induzem a ideia de impunidade comportamental em todos os domínios. Este problema concreto é obviamente gravíssimo, a todos os níveis. Como enfrenta-lo? Uma dica, talvez diferente do muito que se tem escrito: entendo que o setor da sociedade que mais pode fazer para contrariar esta situação é a Comunicação Social, acrescentando que neste aspeto da vida (que não em outros..) o comportamento editorial exemplar dos canais televisivos britânicos, que está nos antípodas do que as nossas televisões seguem, deveria ser bem apreciado. Veja-se, a propósito, como este caso potenciou o aumento absolutamente

desproporcionado do massacre televisivo futebolístico a que temos vindo a ser sujeitos nos últimos anos. P.S. não se confunda esta crítica com o gosto por este desporto apaixonante que é o futebol, ademais atividade essencial para o nosso equilíbrio físico e psíquico.

**154. 2018.05.27 - Há condições políticas e sociais para aprovar a despenalização da eutanásia?**

**R.** Penso que não estão reunidas essas condições. Este é o tema que envolve os valores mais íntimos do Ser Humano. Certamente que temos direito a minimizar a dor e o sofrimento na nossa vida, e o direito a uma morte digna, mas a eutanásia traz dimensões que vão para lá destes direitos. Na medida da delicadeza do assunto e do impacto de uma potencial decisão, estamos longe de ter esgotado a reflexão pública. Por exemplo, aprofundar o exercício do Testamento Vital. Igualmente, seria bom que um tema desta natureza fosse obrigatoriamente decidido por uma maioria qualificada. Sinto que a Sociedade está profundamente dividida, como me parece que dividido está o Parlamento. Tomar uma decisão que seja fruto da conjuntura é muito negativo para o nosso sentimento coletivo e, em limite, para o nosso desenvolvimento. P.S. haverá relação entre a energia que desperdiçamos nestas discussões fraturantes e a nossa perda de capacidade competitiva medida pelo PIB per Capita, e concomitantemente de qualidade de vida, na União Europeia, em que passamos, em poucos anos, do 16.º para o 21.º lugar?

**155. 2018.06.03 - O que pode Portugal fazer para evitar cortes nos fundos europeus?**

**R.** A dimensão e a distribuição de financiamentos são eterna fonte de luta: entre Estados, na União Europeia; entre regiões, entre instituições e dentro das instituições, em cada País. Nesta lógica, Portugal tem que lutar, usando as armas da legislação interna da União e principalmente da sua razão de ser primeira: manter a paz e o desenvolvimento através de uma Europa coesa socialmente em todo o seu território. Uma luta tão necessária, quanto difícil, particularmente na preservação do financiamento da Política Agrícola Comum, ameaçada com um corte de 6,2%. Mas, tenhamos o cuidado de aprofundar a potencial argumentação. Em particular, o argumento de ser necessário manter o apoio para promover a nossa (falhada) convergência deve levar-nos a aprofundar se é por razões de financiamento que não temos convergido. Eu penso que é principalmente por razões de foro interno, de organização do nosso sistema público, em particular no funcionamento da justiça e, dentro desta, da justiça fiscal. Enfim, a mensagem é: lutar por mais financiamento, sim; reformar o nosso sistema público e a nossa cultura de responsabilidade social, sim.